

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO

RODRIGO TAVEIRA ROCHA

**A FORMAÇÃO DE GABINETES NO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO (1995-2014)**

SÃO PAULO

2015

RODRIGO TAVEIRA ROCHA

**A FORMAÇÃO DE GABINETES NO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO (1995-2014)**

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, em cumprimento dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública e Governo.

Linha de Pesquisa: Política e Economia do Setor Público

Orientador: Prof. Dr. George Avelino Filho

SÃO PAULO

2015

Rocha, Rodrigo Taveira.

A Formação de Gabinetes no Governo do Estado do Espírito Santo (1995-2014) /
Rodrigo Taveira Rocha. - 2015.

64 f.

Orientador: George Avelino Filho

Dissertação (CMAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Espírito Santo (Estado) - Política e governo. 2. Governos de coalizão. 3. Poder legislativo. 4. Poder executivo. I. Avelino Filho, George. II. Dissertação (CMAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 342.5(815.2)

RODRIGO TAVEIRA ROCHA

**A FORMAÇÃO DE GABINETES NO GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO (1995-2014)**

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, em cumprimento dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública e Governo.

Linha de Pesquisa: Política e Economia do Setor Público

Data da Aprovação: 25/02/2015

Banca examinadora:

Prof. Dr. George Avelino Filho (Orientador)
FGV-EAESP

Prof. Dr. Cláudio Gonçalves Couto
FGV-EAESP

Prof. Dr. Sérgio Rodrigo Marchiori Praça
UFABC

AGRADECIMENTOS

Ao final desta importante jornada da minha vida pessoal e profissional, são inúmeros os agradecimentos que tenho a fazer.

A Deus, pela vida, pela saúde, e por poder fechar mais um ciclo tão importante para o meu crescimento.

Aos meus pais, responsáveis maiores por todas as minhas conquistas, pelo amor e apoio incondicionais e por servirem sempre de espelho e inspiração para mim e meus irmãos.

Aos meus irmãos, avós, tios e primos, que compõem uma família maravilhosa e que serve de sustentação em todos os momentos.

Aos meus amigos de sempre, da nossa querida Vitória e de todas as vitórias. Amizades irretocáveis que não se desgastam com o tempo nem com a distância.

Aos meus novos amigos de curso e de São Paulo (incluindo a própria cidade de São Paulo), com quem dividi momentos verdadeiramente enriquecedores em sala de aula, e que também foram fundamentais fora dela. Para não correr risco de cometer injustiças, cito em especial e em nome de todos a Cláudia, grande companheira de disciplinas, temas acadêmicos, discussões políticas e sobre os mais variados assuntos.

À Fundação Getúlio Vargas, centro de excelência que carregarei com orgulho por toda a vida, pela oportunidade de aprender tanto com seus excelentes professores e colegas de curso. Aproveito para citar os membros da banca desta dissertação, meu orientador Prof. Dr. George Avelino, pelas orientações, pelas boas aulas e pelo bom humor de sempre; o Prof. Dr. Cláudio Couto, também um dos grandes docentes que tive na vida acadêmica; e o Prof. Dr. Sérgio Praça, da UFABC, que também muito enriquece esta banca.

Por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A (Bandes) pelo apoio à minha formação.

RESUMO

Este trabalho analisa a formação de gabinetes no Governo do Estado do Espírito Santo no período 1995-2014. Para isso, parte-se do debate em torno do presidencialismo de coalizão brasileiro e suas aplicações ao nível subnacional, reforçando a importância de estudos de caso e estudos comparativos. Um resgate da trajetória política do Espírito Santo é feita, ressaltando o período de crise na década de 1990 e a virada institucional que se deu no começo dos anos 2000. A composição da Assembleia Legislativa no período também é destacada, dada a sua importância para o entendimento das relações entre o Executivo e o Legislativo. Foi construída uma base de dados com todos os Secretários de Estado do período, além de suas respectivas filiações partidárias, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Assim, pode-se comparar a composição partidária do gabinete e o tamanho das bancadas partidárias no Legislativo. Para análise da proporcionalidade dos gabinetes este estudo utiliza a Taxa de Coalescência de Amorim Neto (2000) e a aplicação do Índice G sugerido por Avelino, Biderman e Silva (2011). Além da tradicional utilização da filiação partidária dos secretários como *proxy* para a determinação de um elemento político no gabinete, há ainda a proposição e aplicação paralela de um novo critério que considera a filiação partidária e a ocorrência de candidatura prévia como indicativo de um secretário político. Os dois critérios utilizados mostram resultados diferenciados, e o fato de a maioria dos gabinetes formados não terem sido majoritários sugere que no Espírito Santo a distribuição de cargos no primeiro escalão de governo não seja a principal moeda de troca nos acordos entre Executivo e Legislativo.

Palavras-chave: formação de gabinetes, coalizões, Espírito Santo, relação executivo-legislativo.

ABSTRACT

This paper analyzes the cabinet formation in Espírito Santo's Government in the period from 1995 to 2014. To do so, we start off from the debate on the Brazilian coalition presidentialism and its applications at sub-national level, reinforcing the importance of case studies and comparative studies. A rescue of the Espírito Santo's policy trajectory is made, emphasizing the crisis period in the 1990s and institutional shift that occurred in the early 2000s. The composition of the legislative chamber of the state of Espírito Santo in the period is also highlighted, given its importance for the understanding of the relations between the Executive and Legislative powers. A database with all the Secretaries of State of the period was built, as well as their respective party affiliation, according to the Brazilian electoral court (TSE) data. Thus, one can compare the partisan composition of the cabinet and the size of the party caucuses in the legislative. For analysis of the offices' proportionality this study uses the Coalescence Rate of Amorim Neto (2000) and the application of the Index G suggested by Avelino, Biderman and Silva (2011). In addition to the traditional usage of the party affiliation of the secretaries as a *proxy* for determining a political element in the cabinet, there is the proposition and parallel application of a new criterion that considers the party membership and the occurrence of previous application as indicative of a political secretary. The two criteria used show different results, and the fact that most of the formed offices were not majority suggests that in the Espírito Santo the distribution of positions in the first step of the government is not the main bargaining chip in agreements between executive and legislative.

Key words: cabinet formation, coalitions, Espírito Santo, Executive-Legislative relations.

LISTA DE TABELAS

TABELA 3.1 Deputados eleitos pelo partido e coligação (total) do governador na ALES (1990-2010)	30
TABELA 3.2 Número Efetivo de Partidos (NEP) na ALES (1982-2010)	33
TABELA 4.1 Composição dos Gabinetes (1995-2014) – Critério filiação partidária.....	36
TABELA 4.2 Composição dos Gabinetes (1995-2014) – Critério filiação partidária e candidatura prévia.....	37
TABELA 4.3 Medidas de proporcionalidade e concentração dos gabinetes do Espírito Santo (1995-2014) - Critério filiação partidária	39
TABELA 4.4 Medidas de proporcionalidade e concentração dos gabinetes do Espírito Santo (1995-2014) - Critério filiação partidária e candidatura prévia	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALES – Assembleia Legislativa do Espírito Santo
CEPESP – Centro de Política e Economia do Setor Público (FGV-SP)
DEM – Democratas
FGV – Fundação Getúlio Vargas
PAN – Partido dos Aposentados da Nação
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEN – Partido Ecológico Nacional
PFL – Partido da Frente Liberal
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PPR – Partido Progressista Reformador
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRONA – Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PRP - Partido Republicano Progressista
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão

PSL – Partido Social Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PV – Partido Verde

SD – Solidariedade

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 O presidencialismo de coalizão brasileiro	15
2.2 O presidencialismo de coalizão nos estados	17
2.3 Medidas de análise da formação de gabinetes	19
2.4 Critérios de análise partidária dos gabinetes	22
3. TRAJETÓRIA POLÍTICA RECENTE DO ESPÍRITO SANTO	26
3.1 Análise da composição da Assembleia Legislativa do Espírito Santo	29
4. A FORMAÇÃO DE GABINETES NO ESPÍRITO SANTO (1995-2014)	34
4.1 Apresentação dos dados dos gabinetes formados	35
4.2 Análise qualitativa da formação de gabinetes	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
ANEXO	56

1. INTRODUÇÃO

O presidencialismo de coalizão, termo clássico cunhado por Abranches (1988), tem sido muito abordado em diversos estudos a respeito do sistema político brasileiro nas últimas décadas. As características de um sistema presidencialista que combina um elevado multipartidarismo e grande fragmentação parlamentar, reflexo também do sistema de eleição proporcional, já sugeriram em estudos passados uma grande dificuldade de governabilidade no Brasil. Essas teses foram sendo combatidas e as evidências foram mostrando que o país é sim governável, sobretudo a partir da formação de coalizões, de maneira análoga ao que ocorre nos sistemas parlamentaristas¹.

As coalizões se formam como uma estratégia de interação e cooperação entre os poderes Executivo e Legislativo. O primeiro precisa implementar sua agenda de governo e, por mais que no Brasil existam prerrogativas para o próprio executivo legislar e/ou controlar a agenda legislativa (Figueiredo e Limongi, 2006; Limongi, 2006), é necessário o apoio das bases parlamentares a fim de aprovar as votações de seu interesse. Do outro lado está o Legislativo, que calcado na figura coletiva dos partidos políticos e/ou na figura individual de cada parlamentar, também nutrirá interesses a fim de apoiar ou não o governo em questão. A *toolbox* de Pereira, Power & Raile (2009) revela que no âmbito do Governo Federal a troca de apoio político se dá principalmente por duas vias: bens de coalizão, ou seja, distribuição do controle de ministérios aos partidos aliados - que poderão gerir os cargos, orçamento e talvez até o processo de *policy-making* do setor referente; ou a política de *pork*, que consiste na liberação de emendas parlamentares para que os congressistas possam atender diretamente as suas bases eleitorais com recursos, obras e serviços.

Outros autores também destacam que a formação de coalizões através da recompensa aos partidos em forma de cargos estratégicos no governo federal é a principal moeda de troca usada no presidencialismo de coalizão brasileiro (Amorim Neto, 2000 e 2006; Figueiredo & Limongi, 1999; Limongi, 2006). O chefe do executivo se mostra um ator fundamental no direcionamento da agenda legislativa, sendo capaz de influenciar interesses e ações dos diferentes partidos e parlamentares, gerando cooperação e reduzindo os custos do trabalho

¹ O trabalho de Linz (1991) traz um importante pano de fundo com uma análise comparativa entre parlamentarismo e presidencialismo.

legislativo. Mas tudo isso deve vir com contrapartidas, que recompensem aqueles que acompanham o governo dando-lhes espaço, influência e recursos a serem controlados.

Mas como os governos funcionam no nível estadual? Se existem coalizões, elas são formadas com base em distribuição de cargos ou mais com recursos de *pork*? Há de se relativizar a complexidade do jogo político no nível estadual, em comparação com o federal. As Assembleias Legislativas comportam deputados eleitos e pertencentes ao mesmo distrito eleitoral (o estado), ao contrário da Câmara Federal que aglutina interesses das 27 unidades federativas. As menores Assembleias comportam 24 deputados e a maior 94, contra os 513 da Câmara. É razoável pensar ainda que, no parlamento nacional haverá mais fragmentação partidária do que nas Assembleias estaduais, em geral. Já pela ótica do Executivo, o Governador do Estado precisa dividir sua atenção e relacionamento entre os deputados estaduais e os muitos prefeitos municipais.

Enfim, são várias as nuances, e tem-se destacado a necessidade de estudar e compreender melhor a dinâmica da política nos estados – unidade federativa que foi, em geral, preterida na história recente enquanto objeto de estudo, em comparação à União e até aos municípios.

A redemocratização brasileira, através do processo político que reestabeleceu a eleição direta dos governadores estaduais em 1982, e posteriormente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, implementou novidades significativas no que diz respeito à descentralização do poder político, fiscal e administrativo no país. Isto aumentou o protagonismo e o campo de atuação dos governos subnacionais na execução das políticas públicas. Também em relação ao aspecto da política eleitoral, as unidades subnacionais tornam-se pontos de análise fundamentais, visto que, com exceção do presidente da república, todos os outros atores políticos atuam e se elegem tendo estados ou municípios como distrito eleitoral. Estes distritos são regidos pela mesma legislação eleitoral – o que pode ser um facilitador para determinados estudos comparados.

A escassez de pesquisas e dados subnacionais ainda dificulta a compreensão das particularidades da política estadual comparada. Entender a sua evolução no Brasil pós-redemocratização e criar meios e caminhos de pesquisa é fundamental para reconhecer sucessos e fracassos, boas e más práticas políticas, que possam ser replicadas ou evitadas no futuro.

Alguns importantes esforços de estudos comparativos subnacionais foram feitos para iniciar o preenchimento das lacunas abertas em relação ao momento de redemocratização e descentralização do país nos últimos anos, como veremos na próxima seção.

Atualmente vem sendo desenvolvido pelo Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP) da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), um amplo projeto temático denominado “As Instituições Políticas Subnacionais: Um Estudo Comparativo dos Estados Brasileiros”. Esta dissertação pretende atuar em uma via de mão-dupla com o projeto do CEPESP,² em consonância com alguns de seus objetivos e metodologias e se propondo a contribuir através dos produtos e resultados do estudo de caso aqui realizado, montando toda a base de dados dos Secretários de Estado do Espírito Santo no período 1995-2014, e analisando esses dados a fim de investigar a montagem dos gabinetes de cada governo do período. Desta forma, pretende-se visualizar se a montagem de coalizões no governo capixaba se assemelha ao que acontece no plano federal ou se há particularidades importantes a serem destacadas.

A partir da década de 1990, do ponto de vista da política partidária o Espírito Santo apresentou cenários heterogêneos no que diz respeito ao governo estadual, apresentando historicamente uma das maiores volatilidades eleitorais do país (MELO, 2010) e tendo eleito quatro governadores de quatro partidos diferentes entre 1994 e 2010 (como comparação, São Paulo elegeu cinco governos do PSDB no período, e Minas Gerais teve quatro governos do PSDB e um do PMDB). Isto surge como elemento potencialmente interessante para a pesquisa e para uma análise comparativa, tanto sob a ótica da constituição dos governos de diferentes partidos dentro do Espírito Santo, como para outros futuros estudos que comparem a formação de gabinetes entre estados e/ou entre partidos.

A dissertação se divide em cinco seções, incluindo esta introdução. A próxima parte traz o referencial teórico, baseado nas ideias do presidencialismo de coalizão e seu método de funcionamento, considerações sobre a aplicabilidade deste conceito aos estados brasileiros, além de um referencial metodológico sobre a análise da formação de gabinetes no presidencialismo brasileiro, incluindo uma discussão e uma proposição de um critério

² Outros dois trabalhos foram recentemente realizados neste âmbito por Garcia (2013) e Massonetto (2014). O primeiro trata da formação de gabinetes no município de São Paulo e o segundo sobre o presidencialismo estadual em São Paulo.

alternativo para se considerar ou não um secretário como representante partidário no gabinete. Na terceira seção é feita uma análise da política capixaba durante o período estudado, a fim de recapitular as particularidades do estado, sobretudo os dois momentos principais: o processo de enfraquecimento do Executivo na década de 1990 e a posterior virada institucional que marca a história do Espírito Santo no começo do século XXI. Também é explorada a composição da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) no período estudado. A quarta parte do trabalho traz a análise do banco de dados montado a partir do secretariado dos diferentes governos em questão, avaliando a formação dos respectivos gabinetes sob a ótica dos dois critérios de partidarização explicitados na terceira parte. Por fim, a última seção traz as considerações finais sobre o trabalho e sugestões sobre as possibilidades futuras para novas pesquisas relacionadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O presidencialismo de coalizão brasileiro

No âmbito federal são notórios os trabalhos realizados nos últimos anos sobre o *presidencialismo de coalizão* brasileiro, termo do trabalho seminal de Abranches (1988). Existem variadas vertentes de interpretação que combinam diferentes graus de concentração do poder decisório e de capacidade governativa, havendo inclusive uma tentativa de organização delas no trabalho de Palermo (2000). É possível dizer que há certo consenso sobre uma exagerada fragmentação partidária no Brasil e que isso pode trazer custos maiores para compor coalizões de governo.

A primeira corrente teórica sobre o presidencialismo de coalizão, que incluía o trabalho do próprio Abranches (1988) além de outros como Mainwaring (1991 e 1993), apontava para uma instabilidade derivada da separação dos poderes e da realidade do sistema eleitoral multipartidário e fragmentado do Brasil, que junto com o sistema de representação proporcional e de lista aberta comporiam um cenário de difícil estabilização da relação entre executivo e legislativo, com interesses difusos e poucas chances de conciliação. Reforçando este cenário, autores como Ames (2001) retratavam uma suposta fragilidade dos partidos políticos no Brasil, fazendo com que os parlamentares tivessem uma imagem e uma atuação mais personalista do que coletiva (partidária), o que também dificultaria a formação e manutenção de coalizões. Paralisias decisórias seriam um cenário “natural” para o presidencialismo brasileiro.

Mas posteriormente, inclusive a partir de estudos empíricos, diversos autores mostraram que o país não se tornou ingovernável e que a composição partidária através de moedas de troca tem se mostrado eficiente para garantir apoios ao presidente (Figueiredo & Limongi, 1999 e 2006; Limongi, 2006; Couto & Arantes, 2006). Figueiredo & Limongi (2007) destacam ainda que a Constituição de 1988 fortaleceu o federalismo, dando autonomia orçamentária para os Estados e concentrando mais poder no executivo. O fortalecimento constitucional do Presidente da República permitiu que ele fosse capaz de controlar a agenda legislativa, centralizando os processos. A figura do presidente constitucionalmente forte é decisiva para a governabilidade do país. Limongi (2006) destaca:

O presidente teve seu poder institucional reforçado. Para todos os efeitos, a Constituição confere ao presidente o monopólio sobre iniciativa legislativa. A alteração do status quo legal, nas áreas fundamentais, depende da iniciativa do Executivo. Entende-se assim que possa organizar seu apoio com base em coalizões montadas com critérios estritamente partidários. Para influenciar a política pública é preciso estar alinhado com o presidente. Assim, restam aos parlamentares, basicamente, duas alternativas: fazer parte da coalizão presidencial na legislatura em curso, ou cerrar fileiras com a oposição esperando chegar à Presidência no próximo termo. (LIMONGI, 2006. p. 41)

Os trabalhos de Figueiredo & Limongi também destacam a organização interna do parlamento a partir da Constituição de 1988, que passou a estar mais pautado nos partidos, fortalecendo também a figura dos líderes partidários, que servem como referência para suas bancadas e costumam garantir votações coesas e alinhadas com os interesses do partido. Ou seja, via de regra as bancadas são organizadas e disciplinadas, ao contrário do que pensavam os estudiosos da primeira corrente teórica do presidencialismo de coalizão. Havia, portanto, mais previsibilidade do que se supunha no jogo legislativo para a consolidação de coalizões. Dadas as características do nosso presidencialismo federativo e multipartidário, os governos no Brasil tendem a formar coalizões majoritárias, haja vista que não houve ainda desde a redemocratização um presidente cujo partido tenha elegido uma maioria no parlamento.

Mas, como salientou Amorim Neto (2000, p. 483), “uma coisa é formar um gabinete de coalizão, outra é administrar um governo de coalizão”. Em seu estudo, o autor propôs a medição do grau de coalescência dos gabinetes presidenciais, que indica a proporcionalidade entre o número de ministérios negociados com cada partido da coalizão e o peso parlamentar do partido. A ideia é que quanto mais proporcional fosse essa distribuição, maior seria a disciplina dos partidos da coalizão nas votações, no sentido de atender às preferências do executivo.

Em outro trabalho Amorim Neto (2006) explora os dois caminhos que o chefe do executivo pode trilhar, especialmente no contexto de um presidencialismo com poder concentrado no executivo – como é o caso brasileiro: agir preferencialmente em conjunto com o Poder Legislativo, focando na montagem e administração de uma coalizão favorável e parceira para negociar as preferências; ou então usar os seus poderes constitucionais para protagonizar as ações e impor suas preferências, em detrimento do Legislativo. Há, em consonância com isso, um achado do autor em relação ao grau de coalescência: quanto maior for o tamanho do

partido do presidente, mais proporcional tende a ser a montagem do gabinete, visto que este presidente com mais respaldo partidário tende a buscar aprovações pela via do legislativo. De maneira contrária, quanto maior for o poder do presidente para editar decretos-lei, menor tende a ser a proporcionalidade do gabinete, visto que o legislativo se torna menos imprescindível para a execução das políticas desejadas pelo executivo.

O trabalho de Pereira, Power e Raile (2009) amplia a discussão sobre a administração das coalizões ao analisar os diferentes tipos de ferramentas (*toolbox*) usadas pelo executivo para construir apoio no legislativo e mostra que a popularidade do presidente é aspecto importante na hora de negociar cessões, sejam elas em forma de bens de coalizão (como a distribuição de ministérios), ou como recursos de “*pork*”.

De maneira geral, há a problematização feita por vários autores e sintetizada no trabalho de Palermo (2000), chamando atenção para o duplo propósito na composição de gabinetes no presidencialismo brasileiro: montá-lo em função dos objetivos das políticas públicas desejadas e também acomodar os partidos aliados a fim da manutenção do apoio no legislativo.

2.2. O presidencialismo de coalizão nos estados

Todas essas questões levantadas, sobre formação de coalizão majoritária, proporcionalidade do gabinete, grau de concentração de poder do executivo, dentre outras, precisam ser analisadas e diferenciadas para o nível dos estados, bem como em uma perspectiva comparativa entre as diferentes unidades federativas. Governadores podem ter mecanismos constitucionais diferentes de um estado pra outro, bem como as dinâmicas de funcionamento das Assembleias Legislativas podem ser diferentes entre si (e certamente são diferentes das do Congresso Nacional), devido aos seus aspectos institucionais, organizacionais e ao número de deputados e partidos que as compõem.

O trabalho de Abrucio (1998) construiu a tese do ultrapresidencialismo estadual, que colocava os governadores como “barões da federação”, líderes que, embora com menos poderes constitucionais que o Presidente da República, também eram capazes de formar maiorias sólidas e controlar a agenda legislativa, galgando altas taxas de aprovação nas Assembleias. No entanto, a tese generalista do ultrapresidencialismo estadual foi sendo contemporizada por

estudos posteriores que apontavam estilos diferentes de funcionamento nos diversos estados da federação.

Essas diferenças e particularidades da dinâmica política subnacional são visualizadas, por exemplo, no livro de Santos (2001) que traz ricos estudos de casos do poder legislativo em seis estados brasileiros, bem como um capítulo com estudo comparativo das estruturas das Assembleias e do poder dos governadores em praticamente todos os estados do país, e que revela o enorme potencial analítico para os estudos comparativos em nível estadual. As prerrogativas constitucionais do governador e o formato organizacional da Assembleia Legislativa podem influir diretamente no *modus operandi* dessa relação e na forma de se administrar coalizões de governo. Como destaca Santos (2001, p. 291) “aquilo que denominamos ‘sistema político brasileiro’ é, na verdade, um verdadeiro laboratório de ciência política comparada”, justamente pela diversidade encontrada.

O trabalho de Borges, Sanches Filho e Rocha (2011) explora a influência do chefe do executivo estadual nos arranjos e no desempenho das votações para o legislativo, apoiando-se também em três estudos de caso estaduais. Já o livro organizado por Souza e Dantas Neto (2006) compila textos que versam sobre estruturas de governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros, com análises que perpassam dez estados da federação e representa importante esforço para entender os movimentos de descentralização.

Como este projeto tem o intuito de fazer um estudo de caso que tem como recorte geográfico o Espírito Santo, a fim de traçar uma análise da dinâmica política deste estado e servindo como contribuição para futuros estudos comparados entre os estados brasileiros, também se mostra relevante resgatar outros trabalhos que fizeram importantes investigações auxiliares à compreensão das especificidades do estado.

O trabalho de Pereira (2002), por exemplo, estuda a formação de coalizões nos governos capixabas entre 1986 e 1998, com boa contextualização política e histórica do período; Domingues (2001) analisa a relação entre executivo e legislativo no governo de 1995-98 e a produção legislativa no período – trabalho este inserido no livro organizado por Santos (2001); Lima (2011) traz contribuições gerais sobre a política capixaba recente e uma análise centrada no governo 1990-94, enquanto Scherer (2005) analisou as nuances políticos do governo capixaba do período 1995-98. O próprio trabalho de Abrucio (1998) que analisa 15

estados também traz considerações sobre o governo capixaba. Todos estes estudos citados serão mais bem explorados nas sessões seguintes e servem de apoio às análises desta dissertação. Ainda assim, faltam trabalhos mais atuais que versem sobre os últimos governos, especialmente os deste século, que são um marco na história política do Espírito Santo, como veremos mais a frente.

2.3. Medidas de análise da formação de gabinetes

Em um dos primeiros trabalhos dedicados a estudar a formação de gabinetes no presidencialismo brasileiro, Amorim Neto (1994) destaca que diferentemente dos regimes parlamentaristas, onde os gabinetes constituem um órgão coletivo com um poder institucional mais sólido, no caso do presidencialismo os estudos sobre formação de gabinetes ajudam a trazer entendimentos mais claros sobre o funcionamento do próprio sistema político. Isso tem ligação com a estrutura fortemente hierarquizada do presidencialismo puro.³

Em seus trabalhos investigativos sobre a formação de gabinetes, Amorim Neto propõe três critérios para a definição do que seria um novo gabinete: a posse de um novo chefe do executivo; mudanças na composição partidária do gabinete (entrada ou saída de partidos); e mudança de mais de 50% dos titulares das pastas.

Em outro trabalho Amorim Neto (2000) propôs a medição do grau de coalescência dos gabinetes, de forma que quanto mais proporcional for a relação entre as cotas ministeriais dos partidos e seus respectivos pesos na coalizão parlamentar de apoio ao governo, mais coalescente será o gabinete em questão. O autor propõe ainda que:

(...) se os acordos de coalizão preveem uma distribuição proporcional entre as cotas ministeriais e o peso parlamentar das legendas, os partidos coligados provavelmente se comportarão de modo disciplinado em relação às preferências do Executivo em votações nominais”. (AMORIM NETO, 2000. p. 483)

³ O conceito de “presidencialismo puro” (Shugart & Carey, 1992 *apud* Amorim Neto, 1994) destaca as seguintes características: eleição popular do chefe do executivo; mandatos fixos e não dependentes de confiança mútua entre executivo e legislativo; total autonomia do chefe do executivo para as nomeações e composição do governo; e os poderes legislativos garantidos constitucionalmente ao presidente.

Analisando votações nominais no plano federal entre 1989 e 1998, o autor verificou que quanto mais alta a taxa de coalescência, maior é o apoio dado ao executivo pelos partidos pertencentes ao gabinete nestas votações.

Amorim Neto operacionaliza um indicador para a Taxa de Coalescência do Gabinete, buscando relacionar as cotas ministeriais e o peso parlamentar dos partidos da coalizão. A fórmula seria:⁴

$$\text{Gabinete} = 1 - \frac{1}{2} \sum (|C_i - S_i|)$$

Onde C_i é o percentual (%) de cadeiras ocupadas pelo partido i na Assembleia dentro do total de cadeiras ocupadas pelos partidos que integram o gabinete quando de sua nomeação; e S_i é o percentual (%) de secretarias recebidas pelo partido i quando o gabinete foi nomeado.

O índice varia entre 0 (zero) e 1 (um), sendo zero quando não houver nenhuma correspondência entre o numero de secretarias e o percentual de cadeiras ocupadas, e sendo 1 quando houver total correspondência.

No entanto, trabalhos mais recentes tem sugerido a utilização de um novo índice, proveniente de estudos sobre economia regional e adaptado para estudos políticos no trabalho de Avelino, Biderman & Silva (2011), chamado Índice G. Trata-se de um índice de concentração que os autores utilizaram para analisar resultados de votação em eleições paulistas. Em outro trabalho que traz mais semelhanças com a pesquisa aqui realizada, Garcia (2013) aplicou o Índice G para analisar a formação de gabinetes no município de São Paulo. A autora destaca que a Taxa de Coalescência apresenta pouca consistência estatística “por ser uma medida de dispersão por média e não por desvios, o que impossibilita a relativização dos resultados entre os diversos gabinetes”. (Garcia, 2013. p. 19). O Índice G busca aperfeiçoar essa análise. A sua fórmula traz:

$$G = \sum (S_{pe}/S_c - C_{pe}/C_c)^2$$

⁴ Na proposição original do autor a fórmula é $\text{Gabinete} = 1 - \frac{1}{2} \sum (|S_i - M_i|)$, que teve as siglas aqui adaptadas apenas para facilitar a compreensão dos conceitos já na lógica estadual.

Sendo:

S_{pc} – secretarias do partido p na coalizão c ;

S_c – total de secretarias da coalização c ;

C_{pc} – total de cadeiras do partido p na coalizão c ;

C_c – total de cadeiras de todos os partidos da coalizão c .

Colocando em palavras, este índice irá subtrair da quantidade de secretarias distribuídas a um partido da coalizão a quantidade de cadeiras que este partido tem dentro do total de cadeiras da coalizão (e não do total de cadeiras da Assembleia, é importante frisar). Assim, assume-se um contra factual em que $G=0$. Neste caso, a distribuição de secretarias a cada partido seria proporcional aos valores esperados de acordo com a quantidade de cadeiras de cada partido dentro da coalizão. Um aumento no valor de G detectaria então um afastamento da proporcionalidade do gabinete em relação ao que seria esperado.

Outra medição auxiliar, no que diz respeito à análise de formação de gabinetes, é a do número efetivo de partidos no parlamento. Este índice, ao invés de apenas contar os partidos com representação no legislativo, reflete o número de partidos com pesos relevantes para o processo decisório. A alta fragmentação partidária no legislativo tende a dificultar os entendimentos e acabam por ser mais um incentivo para o Executivo negociar e compor com os diversos partidos.

O índice mais famoso e usual na literatura de ciência política é o que mede o Número Efetivo de Partidos (NEP), desenvolvido por Laakso e Taagepera (1979), que tem a fórmula:

$$NEP = 1 / (\sum P_i^2)$$

Sendo P_i o percentual de cadeiras ocupadas por cada partido com assento no parlamento. Este índice também será utilizado na análise de dados deste trabalho, nas próximas seções.

2.4. Critérios de análise partidária dos gabinetes

Além de todas as considerações e referências metodológicas abordadas no subitem anterior e que serão utilizadas posteriormente, uma das contribuições que este trabalho pretende dar diz respeito à discussão sobre os critérios de análise da formação de gabinetes, no que se refere ao perfil político partidário - ou não - dos secretários.

Em um dos primeiros trabalhos a analisar empiricamente a formação de gabinetes federais, Amorim Neto (1994) recorreu a registros históricos e jornalísticos para verificar a existência de acordos entre os presidentes e os partidos políticos. Este critério acaba se mostrando subjetivo, justamente por não apontar uma medida objetiva de definição do que se considera ou não a presença um elemento político dentro do gabinete. Além disso, o critério não pode ser reproduzido em todos os estudos do tipo, haja vista a dificuldade de acesso a informações desta natureza, sobretudo em âmbito subnacional. Resgatar registros históricos de acordos políticos em estados e municípios até a década de 1990 (inclusive) se mostra uma tarefa de difícil execução.

Todos os critérios propostos para definição do que seja ou não um secretário ou ministro de caráter político dentro de um gabinete serão necessariamente arbitrários. No entanto, mostra-se necessário criar critérios os mais objetivos e palpáveis quanto possível, ao mesmo tempo em que correspondam a resultados coerentes e representativos, e que possam ser replicados em estudos diversos, propiciando também análises comparativas mais adequadas.

Usualmente tem-se usado a filiação partidária como uma proxy para a definição de um secretário ou ministro como elemento político na composição do gabinete. Este também é um critério arbitrário, mas já apresenta uma medida objetiva e de mais fácil acesso para todos os níveis de pesquisa no Brasil,⁵ além de seguir uma lógica coerente de que os partidos que se comprometam a participar do gabinete em questão privilegiem a indicação de quadros filiados a eles.

⁵ A listagem de filiados partidários no Brasil é disponibilizada pelo TSE, inclusive em seu sítio eletrônico, dividida por Unidade Federativa e com discriminação também por município de registro eleitoral.

No entanto, podemos questionar a eficácia desse critério partindo da lógica que Amorim Neto (1994, p. 14) desenha para apontar a escolha de ministros não-partidários. Eles seriam divididos em três categorias: 1) ministros ligados por laços pessoais de lealdade ao presidente; 2) ministros técnicos, nomeados por possuírem conhecimento especializado em alguma área da administração pública, normalmente burocratas; 3) representantes de determinados grupos de interesse. De fato todas as três categorias revelam ministros selecionado por critérios não-partidários, sem garantir, no entanto, que eles não tenham filiação partidária.

Não parece provável que um dia cheguemos a um critério de formação política de gabinetes que não seja arbitrário ou que seja 100% objetivo e seguro, até porque a própria lógica da formação de gabinetes é relativamente subjetiva e maleável. No entanto, esforços para testar novos critérios que possam aperfeiçoar esta busca são válidos.

Este trabalho irá propor a análise sob uma segunda ótica, paralela ao critério básico de utilizar apenas a filiação partidária como indicativo de um membro político no gabinete analisado. A filiação partidária continua sendo a exigência inicial, mas adicionaremos a ela a ocorrência de prévia candidatura eleitoral de um secretário para considerá-lo como um ator político dentro do gabinete. Ou seja, um secretário que seja filiado a um partido mas que nunca tenha concorrido a cargos eletivos seria enquadrado em uma das três categorias de escolhas não-partidárias de Amorim Neto, citadas acima. Desta forma, somente os secretários filiados e que já tenham sido candidatos a algum cargo serão contabilizados como atores políticos no gabinete formado.

Mais uma vez, trata-se de uma escolha arbitrária. No entanto, a intenção é reduzir os ruídos que possam estar presentes no critério mais “frouxo” de se utilizar apenas a filiação partidária como proxy. A escolha deste critério mais seletivo tem a ver com uma lógica, teórica, mas intuitiva, de que a representatividade partidária de elementos que já tenham passado por processos internos de candidatura no partido e que já tenham sido testados nas urnas, acumulando assim algum capital político mensurável, seja maior do que a representatividade de outros elementos apenas filiados ao partido político. De certa forma, até mesmo o fato de o cidadão filiado ter se lançado candidato a um cargo eletivo tende a provocar mudanças, tanto em sua postura e modo de atuação política, quanto na própria percepção que seus pares, a opinião pública e a sociedade como um todo passam a ter sobre ele, no sentido de reforçar a imagem de um ser político formal e atuante, no âmbito da política formal/partidária.

Serão considerados dentro deste critério também os secretários filiados a um determinado partido no momento da posse, mas que só tenham sido candidatos por outro partido previamente. Entende-se aqui que a lógica do capital político deste secretário e a sua presença enquanto ator político se preservam independentemente do partido a que esteve filiado e pelo qual foi candidato anteriormente.

Buscando apoio na literatura que investiga os processos de seleção de candidaturas no Brasil, temos o trabalho de Bolognesi (2013) que, através de um *survey* com candidatos a deputados federais dos quatro maiores partidos do Brasil, elencou quais seriam, na visão deles, os principais requisitos informais para consolidar candidaturas. A lista de respostas, destacando as cinco mais votadas trouxe o seguinte resultado, na ordem: “boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política”; “firmeza ideológica”; “conhecimento sobre funcionamento da ‘política’”; “apoio de movimentos sociais e de base” e “possuir bom trânsito no partido”. Estes são elementos que indicam que a ligação direta com o próprio partido, apesar de indubitavelmente ser importante, por vezes pode pesar menos do que outros fatores relacionados ao passado político individual dos possíveis candidatos. Da mesma forma este trabalho considera a relação entre os secretários de cunho político/partidário e seus partidos políticos, mesmo que não tenham sido candidatos por eles anteriormente (e sim por outras legendas), reforçando a ideia do “capital político próprio” destes secretários.

Destaca-se também que, ao contrário do processo de seleção de candidaturas, quando os deputados eleitos desempenharão mandatos que pertencem ao seu partido, os Secretários de Estado ocupam cargos de comissão que em última instância pertencem ao governador, que pode demiti-los a qualquer tempo e por qualquer razão. A relação *principal-agent* é diferente, e o partido, apesar de ter os seus interesses representados pelos seus membros que comandem secretarias, tem uma capacidade de cobrança sobre eles mais reduzida, em face da prevalência do governador como *principal*. Essa é uma hipótese mais adequada justamente à esfera estadual e ao maior controle dos governadores em relação aos seus gabinetes, em comparação com o Presidente da República, visto que no Governo Federal o loteamento de cargos é mais explícito, por vezes entregando um ministério para determinado partido comandá-lo de maneira totalmente autônoma.

Ademais, em consonância com tudo isso, se a intenção da formação de coalizões através da nomeação de secretários é garantir apoio do partido no legislativo, é de se considerar que os

escolhidos para assumir os cargos no executivo sejam mais fortemente vinculados e conhecedores do ambiente político formal, tal qual os representantes de seu partido no legislativo. A nomeação de secretários apenas filiados ao partido mas que não tenham um compartilhamento de ideias, valores e conhecimento do ambiente político mais próximos aos deputados correligionários (e eleitos pelo voto popular), representaria uma fragilidade no propósito da coalizão e na própria relação executivo-legislativo. Assim, também intuitivamente, considera-se aqui que os filiados que já tenham sido previamente candidatos poderiam reduzir essa possível incompatibilidade e dificuldade de interlocução entre os secretários e os deputados do partido.

No entanto, podemos adiantar desde já possíveis falhas e ruídos no critério proposto. Por exemplo, existem os casos de cidadãos filiados e extremamente identificados com o seu partido - por vezes membros-fundadores ou até presidentes de diretórios - que não tenham jamais sido candidatos a cargos eletivos, mas que sejam legítimos representantes, de cunho político, da sua legenda partidária.

Ou seja, assim como o critério mais simples de se usar apenas a filiação partidária pode incorporar filiados que não representem especificamente o critério partidário – mas sim uma das três categorias de escolha pessoal do chefe do executivo, de escolha técnica, ou de representação de grupos de interesses – o critério aqui proposto de utilização da filiação partidária em conjunto com a candidatura prévia, pode deixar de incorporar filiados que, mesmo não tendo sido candidatos, na verdade representassem seu partido de maneira adequada no acordo de coalizão.

Será, portanto, a partir da análise dos dados da montagem de gabinete seguindo os dois critérios supracitados que poderemos compará-los e avaliarmos qual deles parece mais adequado e representativo.

3. A TRAJETÓRIA POLÍTICA RECENTE DO ESPÍRITO SANTO

O capítulo de Zorzal (2010) é possivelmente o trabalho recente que melhor resume as características e o desenvolvimento político-institucional do Espírito Santo nas últimas décadas, traçando ainda paralelos com a situação econômica e social capixaba. A autora destaca que o movimento retardatário de industrialização do estado, deflagrado em meados da década de 1960, provocou grande concentração urbana na região metropolitana de Vitória, e um desenvolvimento econômico acelerado que não foi capaz de se sustentar em termos de infraestrutura e de desenvolvimento social que o pudessem acompanhar. Quando chegou a redemocratização na década de 1980, a sociedade capixaba estava profundamente transformada em sua organização, e estes descompassos vieram à tona de forma mais clara. Zorzal destaca:

Considerando o caráter abrupto e concentrado das transformações ocorridas entre 1967 e 1985, o retorno à ordem democrática no Espírito Santo encontrou uma sociedade civil muito distinta daquela existente antes de 1964. Porém, o mesmo não pode ser dito em relação à reconfiguração das elites políticas. Apesar da relativa emergência de novas lideranças, seja nos movimentos populares e estudantil, seja no movimento operário, a cena política ainda seria dominada nas décadas de 80 e 90 pelos velhos caciques com suas estratégias mais afeitas aos padrões personalistas e clientelistas.
(ZORZAL, 2010. p. 33)

A partir da primeira eleição do século XXI o Espírito Santo passou por uma reconhecida virada institucional, que se destacou como um marco na história do estado, interrompendo uma série de governos de mau desempenho, e que foram substituídos por um novo modelo de gestão técnica e política (Zorzal, 2010; Lima 2011). Há de se investigar se houve mudanças observáveis na forma de se montar o gabinete, bem como na relação entre o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa.

É possível sugerir que sim, a citada virada institucional tenha a ver justamente com uma mudança na lógica da relação executivo-legislativo no Espírito Santo, o que já foi abordado por alguns autores e que será explorado e desenvolvido no trabalho aqui proposto. Conforme aponta Santos (2001), no período 1991-94 a ALES apresentava certa fraqueza institucional

dos seus sistemas de Comissões e do Colégio de Líderes, além de uma formação fragmentada em termos de partidos, com um número grande de bancadas, cada uma com poucos deputados. Isso levava a uma concentração de poderes na Mesa Diretora e enfraquecia a capacidade do plenário em desenvolver preferências próprias e se portar de forma independente do Executivo, sobrando-lhe assim apenas a função homologatória em relação ao que vinha do Governo do Estado.

O trabalho de Abrucio (1998) revela que a ALES no período 1991-94 era majoritariamente governista (76,6%) e isso tinha mais a ver com a relação pontual do governador com representantes de elites locais do que com composições partidárias. Esse ponto é reforçado por Lima (2011) na análise do mesmo período de governo. O autor destaca que no governo de Albuíno Azeredo (1991-94) não se observou um “toma lá, dá cá” em forma de barganhas e acordos políticos, mas sim um jogo de poder compartilhado, em que um apoiava o outro (executivo e legislativo) em suas pretensões. O autor define que estas:

eram as bases, meio enviesadas, da estruturação no Espírito Santo de um modelo todo próprio de coalizão, forjada não entre partidos, como no modelo de Abranches (1988), mas entre interesses de parlamentares numa dimensão suprapartidária. (LIMA, 2011. p 155)

Analisando a produção legislativa e a relação entre os poderes no Espírito Santo no período 1995-98, Domingues (2001) detectou novamente uma situação de “pacto homologatório”, conforme definido por Abrucio (1998), em que o Legislativo abdica de apreciar as iniciativas do Executivo. O autor ressalta, porém, que isso não tem a ver apenas com os poderes do Executivo, mas principalmente com a fragilidade institucional da Assembleia Legislativa, onde faltavam “mecanismos de coordenação das ações dos seus membros em favor de um trabalho coletivo” (DOMINGUES, 2001. p. 105), além da própria falta de capacitação técnica no parlamento, o que os fazia delegar ao executivo a maior parte da tarefa legislativa. Santos (2001) ressalta que a fraqueza institucional do sistema de comissões permanentes da ALES, bem como do Colégio de Líderes - que não conseguiu servir como contrapeso à Mesa Diretora - além da fragmentação partidária do plenário, contribuíram para o esvaziamento organizacional da Assembleia e para sua dificuldade em formar preferências e maiorias independentes da ação do Poder Executivo.

Pereira (2004) também mostra que no período 1982-2002 a concentração de poder na ALES foi crescente, com o controle da agenda legislativa nas mãos do presidente da casa e das principais comissões. O autor destaca que:

Houve, portanto, tremenda delegação interna de autoridade, sem a mediação de bancadas partidárias. O resultado disso foi um alto nível de perda de agenciamento para as lideranças internas que, entretanto, continuaram sendo sistematicamente reeleitas para os mesmos cargos. (PEREIRA, 2004. p. 123)

Pereira (2002) destaca que no mandato de Albuíno Azeredo (1991-1994) o governador “perdeu” as duas eleições para a Mesa Diretora da ALES. Já Vitor Buaiz (1995-98) acabou por fazer acordo com os vencedores a partir da forma como seu governo evoluiu. José Ignácio (1999-2002) não pôde interferir nos processos de eleição da Mesa, que já estavam consolidados em torno de lideranças internas.

Especialmente no governo 1999-2002, de José Ignácio Ferreira, a Assembleia Legislativa tornou-se a grande força política do estado, no período que ficou conhecido como “Era Gratz”. Quando a citada fraqueza institucional e organizacional da Casa foi concomitante a uma fraqueza política e administrativa do então governador, a Mesa Diretora da ALES – essa sim, capaz de centralizar e definir as ações do Legislativo - aproveitou a brecha, se impôs e se fortaleceu, centrada na figura do presidente da casa, o deputado José Carlos Gratz. Diante de um governador combalido e envolvido em vários escândalos de corrupção, o presidente da Assembleia passou a tomar as rédeas do poder no Espírito Santo, configurando uma espécie de parlamentarismo onde o governador encontrava-se acuado e submetido às vontades daquele, já que a proteção do legislativo era a única coisa que ainda o sustentava no poder: Gratz arquivou dois pedidos de *impeachment* contra o então governador José Ignácio. A sustentação do governador não se dava por mero apoio partidário, pessoal ou ideológico, mas sim como barganha, que fortalecia o líder do legislativo.

A citada “virada institucional” vem justamente como enfrentamento deste problema, na eleição de 2002. Como destaca Lima (2011), as relações institucionais que se constituem na legislatura 1991-94 vão se sofisticando e se mantendo até 2003, quando começam a ser dissolvidas. Segundo o autor, houve a:

(...) cristalização de uma estrutura de poder no Legislativo que equilibrou o quadro de poder no Espírito Santo por mais de uma década, ainda que o Executivo permanecesse com os poderes e a capacidade de criar e propor agendas formalmente inalterados. (LIMA, 2011. p. 10-11)

A partir de 2003 o novo Governo do Estado conseguiu reestabelecer suas instituições, sua credibilidade e sua capacidade administrativa, e reequilibrou a relação política entre Executivo e Legislativo. A própria eleição da Mesa Diretora, fora do controle do Executivo nos três governos anteriores, passou a ter outra dinâmica a partir de 2003, tendo o Governo do Estado apoiado e respaldado todos os presidentes eleitos no Legislativo entre 2003 e 2014. Todas essas observações, notórias na opinião pública capixaba e trabalhadas por autores como Pereira, Zorzal e Lima, merecem ser mais estudadas e aprofundadas, sobretudo nos acontecimentos dos anos 2000 em diante.

Em suma, poderemos analisar se a virada institucional e a alternância de partidos no comando do Poder Executivo afetaram a dinâmica e os métodos de formação dos gabinetes no período estudado. A comparação da forma de se administrar a coalizão e montar gabinetes por diferentes partidos que detiveram o poder, bem como os diferentes momentos históricos e institucionais do estado, reforçam a relevância do estudo de caso sobre o Espírito Santo dos últimos 20 anos.

3.1. Análise da composição da Assembleia Legislativa do Espírito Santo

Com a implantação da votação direta nos estados o PMDB capixaba mostrou sua força nas eleições de 1982 e 1986. Na primeira, elegeu o governador Gerson Camata e levou ainda a vaga de senador e 16 das 27 vagas de deputado estadual. Quatro anos depois fez o governador Max Mauro, conquistou as duas vagas disponíveis ao Senado e elegeu 15 dos 30 deputados estaduais.

A eleição de 1990, incluída na tabela abaixo apesar de não ser objeto direto de análise deste trabalho, constitui um marco importante por ser o primeiro pleito estadual realizado após a Constituição de 1988 e por já trazer um novo cenário com maior fragmentação partidária.

TABELA 3.1
Deputados eleitos pelo partido e coligação (total) do governador na ALES (1990-2010)⁶

Ano	Governo	Partido	Coligação	Deputados do Partido	Deputados Coligação	% Apoio Partido	% Apoio Coligação
1990	Azeredo	PDT	PDT-PTB-PSB-PCdoB	3	8	10,00	26,67
1994	Buaiz	PT	PT-PSB-PCdoB	4	6	13,33	20,00
1998	Ignácio	PSDB	PSDB-PFL-PPB-PL-PV-PSDC	4	11	13,33	36,67
2002	Hartung I	PSB	PSB-PSD-PSC-PRONA-PTdoB-PV-PAN-PSL-PHS	2	3	6,67	10,00
2006	Hartung II	PMDB	PMDB-PSDB-PFL-PTB	3	11	10,00	36,67
2010	Casagrande	PSB	PSB-PMDB-PT-PDT-PP-PR-PV-PRP-PTN-PSC-PSDC-PHS-PTC-PRB-PCdoB-PTdoB	2	23	6,67	76,67

Fonte: TSE | Elaboração própria

Na eleição de 1990 no Espírito Santo, o até então protagonista PMDB se viu sem candidato a governador e dividido em dois grupos: o do governador Max Mauro, apoiando o seu então Secretário de Planejamento Albuíno Azeredo (PDT), e o do ex-governador Gerson Camata, apoiando o senador José Ignácio Ferreira (naquele momento no PST). Azeredo saiu vencedor e sua coligação elegeu oito deputados estaduais, sendo três deles do seu partido, o PDT. Como destaca Pereira (2004, p. 105), a eleição de 1990 representou “o desaparecimento de um partido dominante em favor de uma alta fragmentação partidária e ideológica”.

Em todas as eleições entre 1990 e 2010 o número de deputados eleitos pelo partido do governador manteve-se relativamente estável, uma média de três deputados por pleito. No entanto, o número de eleitos pela coligação do governador apresentou grandes flutuações. Enquanto a coligação de Albuíno elegeu oito deputados em 1990, a de Vitor Buaiz (que manteve o mesmo perfil ideológico) elegeu seis em 1994.

Foram nessas duas eleições que começou a se formar a grande crise institucional que assolou o Espírito Santo no final dos anos 90 e início dos 2000. Governadores com baixa popularidade, alta concentração de poder na Mesa Diretora da Assembleia Legislativa e os percalços relacionados ao crime organizado foram se agravando gradativamente durante os governos de Albuíno e Vitor Buaiz, até se deflagrarem numa crise escancarada no mandato de

⁶ A relação completa de deputados estaduais eleitos entre os pleitos de 1982 e 2014 na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, bem como seus respectivos partidos e quantitativo de votos recebidos, pode ser encontrada nos anexos ao final deste trabalho.

José Ignácio. Apontado como o líder do crime organizado na época, o deputado estadual José Carlos Gratz e seu grupo do PFL se elegem e se fortalecem entre 1990 e 2002. No pleito de 1998 chega-se a onze deputados estaduais eleitos pela coligação do governador José Ignácio (PSDB), que contava também com o PFL de Gratz. O grupo que germinava e se fortalecia na Assembleia, apesar de não alinhado ideologicamente com os governos estaduais entre 1990 e 1998, passaria dali em diante a ter uma bancada mais robusta e com maior identidade e acesso ao governador.

A tabela acima também retrata como a eleição de 2002 foi de fato uma ruptura na história institucional do estado. O governador eleito Paulo Hartung concorreu pelo PSB e em uma coligação relativamente modesta, sem estar aliado a grandes partidos como PSDB, PMDB, PFL e PT (mesmo sendo muito identificado e ex-filiado aos dois primeiros). Dois são os fatores determinantes para o processo de ruptura configurado no pleito de 2002. O primeiro deles é a própria oportunidade surgida: dada a gravidade da crise pela qual passava o estado era grande o sentimento de reação e mudanças por parte da sociedade, de maneira geral. O perfil de liderança de Hartung, jovem, bem avaliado em mandatos anteriores e que mostrou capacidade de aglutinar diversos apoios da sociedade civil, também veio a calhar no momento de crise.

No momento em que este trabalho é feito, muitos cientistas políticos tem questionado alguns pontos das teorias do presidencialismo de coalizão brasileiro e destacado a importância, até então negligenciada, da capacidade de articulação política e de gestão de coalizões do chefe do executivo como determinantes para o sucesso da governabilidade⁷. A capacidade de articulação de Hartung, político hábil que se elegeu oito vezes em oito eleições em que se lançou candidato, certamente teve peso no momento de ruptura ocorrido em 2003, bem como na alta governabilidade que marcou os três governos entre 2003 e 2014.

Hartung foi então eleito em primeiro turno em 2002. Sua coligação, no entanto, fez apenas três deputados estaduais, o que representa o menor apoio nominal inicial (10%) angariado por um governador em todas as eleições capixabas pós 1988.

⁷ Agradeço à banca da dissertação por ter chamado atenção para esta questão, que tende a ganhar mais espaço nos próximos estudos sobre o presidencialismo de coalizão.

O grupo de Gratz ainda obteve sucesso na eleição de 2002 e a maioria se reelegeu. No entanto, foram perdendo forças aos poucos com a nova articulação política liderada pelo governador Paulo Hartung. Cláudio Vereza (PT) foi eleito presidente da Assembleia com apoio do governador, tirando Gratz do posto que ocupou nos três biênios anteriores. O próprio Gratz acabou preso e cassado no começo de 2003. A atração do PT para a base de apoio do Governo do Estado em 2003 tem tudo a ver com um movimento de aproximação ao governo federal do presidente Lula, que assumiu no mesmo ano, e que seria importante para ajudar o Espírito Santo a avançar em meio à crise institucional pela qual passava.

Outros diversos partidos também foram atraídos para compor a base governista. A estratégia de Paulo Hartung foi mesmo a de articular com o máximo de forças políticas e da sociedade civil para dar apoio e respaldo ao seu processo de enfrentamento do crime organizado e resgate da credibilidade do Governo do Estado. Isso se traduziu, no médio prazo, em um movimento de homogeneização da Assembleia Legislativa, já se refletindo no próprio apoio nominal angariado pelos governadores nos pleitos seguintes. Em sua reeleição em 2006, com a maior votação proporcional do país somando 77,27% dos votos válidos, Hartung - agora de volta ao PMDB e com uma coligação mais robusta junto a PSDB, PTB e o PFL (nesse momento renovado e não mais sob o controle do grupo de Gratz) - viu sua coligação eleger 11 deputados. Na eleição seguinte, numa impressionante coligação que somou 16 partidos, o candidato apoiado por Hartung, Renato Casagrande, se elegeu com muita folga (82,3% dos votos válidos, segunda maior votação do país, pouco atrás do seu correligionário reeleito em Pernambuco, Eduardo Campos) e fazendo 23 dos 30 deputados estaduais, angariando um apoio nominal inicial de 76,67% da bancada estadual, o maior desde 1982.

Em relação ao Número Efetivo de Partidos (NEP), a Tabela 3.2 a seguir mostra o processo de fragmentação partidária já citado a partir da eleição de 1990.

TABELA 3.2
Número Efetivo de Partidos (NEP) na ALES (1982-2010)

Eleição	Governador	NEP	Partidos representados na ALES
1982	Camata	1,9	2
1986	Mauro	2,8	6
1990	Azeredo	7,4	9
1994	Buaiz	8,5	10
1998	Ignácio	7,8	10
2002	Hartung I	10,7	13
2006	Hartung II	10,7	14
2010	Casagrande	8,0	10

Elaboração própria

Nos pleitos de 1990, 1994 e 1998, tanto o NEP quanto o número de partidos representados na ALES apresentaram relativa estabilidade, e na eleição de 2002, já apontada aqui como um processo de ruptura, é possível ver uma mudança nestes indicadores. Houve uma renovação de 73,3% da bancada em relação ao pleito de 1998, e ainda que a coligação eleitoral do governador Paulo Hartung tenha eleito apenas três deputados, o movimento de renovação que marcou aquela disputa repercutiu de forma mais ampla e proporcionou a eleição de deputados de 13 partidos, compondo um NEP de 10,7. Esse valor seria repetido em 2006, porém desta vez com 14 partidos representados no plenário, o que nos mostra que apesar da expressiva votação que reelegera Hartung, e de sua coligação - muito mais forte - ter eleito 11 deputados, não houve um “sufocamento” da diversidade partidária na Assembleia Legislativa neste primeiro momento.

Na eleição de 2010, no entanto, de novo com um governador muito bem votado e dessa vez com uma coligação eleitoral absolutamente dominante que elegeu 23 dos 30 deputados estaduais, houve uma contração tanto do NEP quanto da quantidade de legendas com cadeiras no parlamento estadual (8,0 e 10, respectivamente), mostrando um movimento de homogeneização do Legislativo, que pode ser reflexo da unidade situacionista que foi característica dos governos pós 2002.

4. A FORMAÇÃO DE GABINETES NO ESPÍRITO SANTO (1995-2014)

O grande desafio deste trabalho consistiu em reunir e esquematizar o registro de secretários estaduais do Espírito Santo no período entre 1995 e 2014, a partir do acesso aos termos de compromisso assinado por todos os secretários e que constam no Livro de Atas de Posse do Governo do Estado. Para além disso ainda foram adicionadas, a partir de buscas via internet e em campo, outras informações de cunho pessoal e profissional dos secretários no momento de sua nomeação (como data de nascimento, título de eleitor, qualificação acadêmica, profissão, dentre outros), sempre que encontradas. Este banco de dados, recompondo todo o secretariado do período mencionado, estará disponível junto ao CEPESP/FGV-SP e poderá ser consultado livremente, podendo servir como base para futuras pesquisas relacionadas ao tema.

Para as finalidades desta dissertação, o fundamental era obter o nome de todos os secretários bem como o seu título de eleitor, que auxiliaria a encontrar os registros de filiação partidária de cada um, quando houvesse, no banco de dados de filiados do Tribunal Superior Eleitoral. A partir disto, é possível encontrar a composição partidária dos gabinetes formados.

Foram considerados como componentes do gabinete os titulares das secretarias efetivas e extraordinárias existentes no período analisado ^{8,9}. Foram desconsideradas as autarquias, empresas públicas e os órgãos que são de nomeação do executivo mas que não compõem caráter político na escolha de seus comandantes, como a Procuradoria e Auditoria Geral do Estado, a Defensoria Pública e a Casa Militar¹⁰.

⁸ A Casa Civil e Superintendência Estadual de Comunicação também foram consideradas, já que seus titulares também tem status de Secretário de Estado.

⁹ A Secretaria de Administração posteriormente passou a se chamar Secretaria de Gestão e Recursos Humanos, mas manteve-se como “Administração” no banco de dados de secretários estaduais. O mesmo ocorreu com as Secretarias de Ação Social e de Assistência Social, sempre tratadas por “Assistência Social”.

¹⁰ Também foram desconsideradas cinco secretarias extraordinárias que apresentaram um único secretário, por curto espaço de tempo ou com registro incompleto de duração da secretaria. São elas: “Projetos Especiais” e “Reforma e Burocratização”, no governo Ignácio; “Imprensa” e “Relações Internacionais” no governo Hartung I; e “Combate à Pobreza” no governo Hartung II. Os quatro primeiros casos apresentavam secretários sem filiação e o último apresentava uma secretária filiada ao PSDB, que ficou no cargo por apenas 4 meses sendo depois remanejada para outro posto no governo.

O banco de dados de secretários estaduais do Espírito Santo no período 1995-2014 registra um total de 174 secretários e 225 registros de posse, já que alguns secretários estiveram em diferentes governos e/ou ocuparam diferentes pastas.

4.1. Apresentação dos dados dos gabinetes formados

Como mencionado no item 2.4, esta dissertação busca testar um novo critério de medição da partidização dos gabinetes, considerando além do critério usual e mais amplo de filiação partidária dos secretários nomeados, um critério adicional e mais restritivo que aponta como secretários considerados partidários apenas aqueles que além de filiados também já tivessem se candidatado a cargos eletivos em momento anterior a sua nomeação. Desta forma serão apresentados dados e tabelas diferentes considerando os dois critérios em separado e buscando compará-los.

Os critérios para a detecção de um novo gabinete foram os já citados e referentes ao trabalho de Amorim Neto (1994), quais sejam: o início de um novo mandato (mesmo quando de um governador reeleito), e mudanças na formação partidária do gabinete, ou seja, entrada ou saída de um ou mais partidos. Não houve nenhum caso de mudança de mais de 50% dos secretários, o que também caracterizaria um novo gabinete de acordo com os critérios propostos por Amorim Neto.

A próxima página traz a Tabela 4.1 com a composição e duração dos gabinetes a partir do primeiro critério que leva em conta somente a filiação partidária do secretários, além de outras informações complementares: apoio nominal derivado dos partidos do gabinete na ALES, percentual de secretários filiados ao partido do governador, percentual de secretários sem filiação partidária e o número de secretárias em cada gabinete.

TABELA 4.1
Composição dos Gabinetes (1995-2014) – Critério filiação partidária

Governo / Gabinetes	Duração	Composição	Apoio nominal na ALES	Secretários filiados ao partido do governador (%)	Secretários sem filiação partidária (%)	Nº de Secretarias
Buaiz 1	01/95 - 02/96	PT-PSB-PSDB	33,33	53,84	15,38	13
Buaiz 2	03/96 - 02/97	PT-PSB-PSDB-PMDB	46,67	28,57	35,71	14
Buaiz 3	03/97 - 03/98	PT-PSB-PSDB-PMDB-PV ¹	46,67	35,71	14,28	14
Buaiz 4	04/98 - 12/98	PV ¹ -PT-PSB-PSDB-PMDB-PDT-PPB	73,33	7,14	21,42	14
Média Buaiz			50,00	31,32	21,70	14
Ignácio 1	01/99 - 12/00	PSDB-PFL-PV ¹	33,33	22,22	55,55	18
Ignácio 2	01/01 - 04/01	PSDB-PFL-PV ¹ -PMDB-PSB-PPB	60,00	11,11	55,55	18
Ignácio 3	05/01 - 09/01	PSDB-PV ¹ -PMDB-PSB-PPB	40,00	11,11	50,00	18
Ignácio 4	10/01 - 03/02	PTN ² -PSDB-PV ¹ -PMDB-PPB	30,00	0,00	44,44	18
Ignácio 5	04/02 - 12/02	PTN ² -PSDB-PMDB-PPB	30,00	0,00	72,22	18
Média Ignácio			38,67	8,89	55,55	18
Hartung I - 1	01/03 - 08/03	PSB-PSDB-PPS-PT-PDT	40,00	23,52	29,41	17
Hartung I - 2	09/03 - 04/04	PSB-PSDB-PPS-PT-PMDB	40,00	11,76	41,17	17
Hartung I - 3	05/04 - 12/04	PSB ³ -PSDB-PPS-PMDB	26,67	0,00	52,94	17
Hartung I - 4	01/05 - 03/06	⁴ -PSB-PSDB-PPS-PMDB-PFL	40,00	0,00	35,00	20
Hartung I - 5	04/06 - 12/06	PMDB-PSB-PSDB-PPS-PFL-PDT	46,67	15,00	40,00	20
Média Hartung I			38,67	10,06	39,70	18
Hartung II - 1	01/07 - 03/08	PMDB-PSDB-DEM-PTB-PSB-PT	56,67	20,00	35,00	20
Hartung II - 2	04/08 - 01/09	PMDB-PSDB-DEM-PT-PP	33,33	19,04	42,85	21
Hartung II - 3	02/09 - 02/10	PMDB-PSDB-DEM-PT-PP-PSB-PPS ¹	46,67	18,18	36,36	22
Hartung II - 4	03/10 - 12/10	PMDB-PSDB-DEM-PT-PSB-PV ¹	43,33	18,18	59,09	22
Média Hartung II			45,00	18,85	43,33	21
Casagrande 1	01/11 - 04/12	PSB-PMDB-PDT-PT-PPS-PR	66,67	26,08	43,47	23
Casagrande 2	05/12 - 03/13	PSB-PMDB-PDT-PT-PR-DEM ⁵	80,00	17,39	52,17	23
Casagrande 3	04/13 - 09/13	PSB-PMDB-PDT-PT-PR-PV	70,00	17,39	52,17	23
Casagrande 4	10/13 - 03/14	PSB-PMDB-PDT-PT-PV	56,67	21,73	47,82	23
Casagrande 5	04/14 - 12/14	PSB-PMDB ⁶ -PDT-PT-PV-PPS-PP ¹	60,00	17,39	52,17	23
Média Casagrande			66,67	20,00	49,56	23

Elaboração própria com base nos dados do TSE e dos resultados desta pesquisa.

Legendas:

¹ Partidos que controlavam secretarias mas não tinham deputados na ALES;

² Partido do governador, que faz parte do gabinete, mesmo sem controlar secretarias e sem ter deputados na ALES;

³ Partido do governador, faz parte do gabinete mesmo sem controlar secretarias, mas tendo deputados na ALES;

⁴ O governador Paulo Hartung ficou sem partido entre 08/2004, quando saiu do PSB, e 09/2005, quando entrou no PMDB, estando sem partido no momento da montagem do gabinete "Hartung I - 4";

⁵ O DEM, que tinha 5 dos únicos 7 deputados não eleitos na coligação do governador, entrou oficialmente no governo Casagrande indicando a secretária de Meio Ambiente. Ela não tinha filiação partidária no momento da nomeação, mas foi incluída excepcionalmente dada a relevância e publicidade do fato. Vide reportagem do jornal A Gazeta: "DEM aceita convite e indica servidora do Ibama para pasta". Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2012/03/noticias/a_gazeta/politica/1156585-dem-aceita-convite-e-indica-servidora-do-ibama-para-pasta.html> Acesso em 31 de jan. 2015.

⁶ Com a deflagração do período eleitoral de 2014, o PMDB entregou os cargos que ocupava no governo. No entanto, o governador Casagrande optou por manter o secretário de Transportes, que era do PMDB, no cargo.

Para fins comparativos, mesmo com a aplicação do segundo critério que considera a filiação partidária e candidatura prévia, foram mantidos exatamente os mesmos gabinetes

apresentados na tabela 4.1. É importante observar que, por isso, alguns gabinetes consecutivos na tabela 4.2 apresentarão a mesma composição partidária (não registrando entrada ou saída de partidos), mas mesmo assim configurarão a formação de novo gabinete, sendo este equivalente temporal ao gabinete homônimo na tabela 4.1.

TABELA 4.2

Composição dos Gabinetes (1995-2014) – Critério filiação partidária e candidatura prévia

Governo / Gabinetes	Duração	Composição	Apoio nominal na ALES	Secretários filiados ao partido do governador (%)	Secretários sem critério partidário (%)	Nº de Secretarias
Buaiz 1	01/95 - 02/96	PT-PSB-PSDB	33,33	46,15	30,77	13
Buaiz 2	03/96 - 02/97	PT-PSB-PSDB	33,33	21,42	64,28	14
Buaiz 3	03/97 - 03/98	PT-PSB-PSDB-PV ¹	33,33	21,42	50,00	14
Buaiz 4	04/98 - 12/98	PV ¹ -PT-PSB-PSDB	33,33	7,14	71,42	14
Média Buaiz			33,33	24,03	54,12	14
Ignácio 1	01/99 - 12/00	PSDB-PFL-PV ¹	33,33	5,55	77,77	18
Ignácio 2	01/01 - 04/01	PSDB-PFL-PV ¹ -PMDB-PPB	50,00	5,55	72,22	18
Ignácio 3	05/01 - 09/01	PSDB-PV ¹ -PMDB-PPB	30,00	11,11	66,67	18
Ignácio 4	10/01 - 03/02	PTN ² -PSDB-PV ¹ -PMDB-PPB	30,00	0,00	55,55	18
Ignácio 5	04/02 - 12/02	PTN ² -PSDB-PMDB	26,67	0,00	83,33	18
Média Ignácio			34,00	4,44	71,11	18
Hartung I - 1	01/03 - 08/03	PSB-PPS-PDT	20,00	23,52	64,70	17
Hartung I - 2	09/03 - 04/04	PSB-PPS-PMDB	20,00	11,76	76,47	17
Hartung I - 3	05/04 - 12/04	PSB ³ -PPS-PMDB	20,00	0,00	82,35	17
Hartung I - 4	01/05 - 03/06	⁴ -PPS-PMDB-PFL	26,67	0,00	70,00	20
Hartung I - 5	04/06 - 12/06	PMDB-PFL	20,00	10,00	85,00	20
Média Hartung I			21,33	9,06	75,70	18
Hartung II - 1	01/07 - 03/08	PMDB-PSDB-DEM-PTB-PSB-PT	56,67	5,00	65,00	20
Hartung II - 2	04/08 - 01/09	PMDB-PSDB-DEM-PT-PP	33,33	4,76	66,67	21
Hartung II - 3	02/09 - 02/10	PMDB-PSDB-DEM-PP-PSB-PPS ¹	40,00	4,54	63,63	22
Hartung II - 4	03/10 - 12/10	PMDB-DEM-PV ¹	20,00	4,54	86,36	22
Média Hartung II			37,50	4,71	70,42	21
Casagrande 1	01/11 - 04/12	PSB-PT-PPS-PR	36,67	13,04	69,56	23
Casagrande 2	05/12 - 03/13	PSB-PT-PR	33,33	8,69	78,26	23
Casagrande 3	04/13 - 09/13	PSB-PT-PR	33,33	8,69	78,26	23
Casagrande 4	10/13 - 03/14	PSB-PT	20,00	8,69	82,60	23
Casagrande 5	04/14 - 12/14	PSB-PP ¹	6,67	4,34	91,30	23
Média Casagrande			29,33	8,69	79,13	23

Elaboração própria com base nos dados do TSE e dos resultados desta pesquisa.

Legendas:

¹ Partidos que controlavam secretarias mas não tinham deputados na ALES;

² Partido do governador, que faz parte do gabinete, mesmo sem controlar secretarias e sem ter deputados na ALES;

³ Partido do governador, faz parte do gabinete mesmo sem controlar secretarias, mas tendo deputados na ALES;

⁴ O governador Paulo Hartung ficou sem partido entre 08/2004, quando saiu do PSB, e 09/2005, quando entrou no PMDB, estando sem partido no momento da montagem do gabinete "Hartung I - 4";

Observa-se nas tabelas que todos os governadores encerraram seus mandatos com um número maior secretarias do que quando o iniciaram. Isto ocorreu, na maior parte das vezes, por desmembramento de secretarias que acumulavam mais de uma temática, ou por criação de

novas secretárias, principalmente as de caráter extraordinário. Este também pode ser um reflexo da política brasileira, mais visível no governo federal, que busca a ampliação do número de pastas e cargos para aumentar também a oferta de moedas de troca pelo poder Executivo, dada a crescente fragmentação partidária e dificuldades na composição de coalizões governativas.

Uma curiosidade é que nos três primeiros governos analisados (Buaiz, Ignácio e Hartung I) o governador mudou de partido durante o mandato. Os motivos para estas trocas serão explicitados mais a frente.

Na análise das tabelas é possível fazer observações iniciais de que o governo Vitor Buaiz (PT/PV) foi o que mais apresentou secretários filiados ao partido do governador e o que menos teve secretários considerados apartidários, independentemente do critério utilizado.

Seguindo o critério apenas de filiação partidária, o governo de Renato Casagrande (PSB) foi o único que formou gabinetes majoritários (com mais de 50% de apoio nominal no Legislativo) durante todo o tempo. Já no critério mais restrito, que considera filiação partidária e candidatura prévia, apenas o primeiro gabinete do governo Hartung II (PMDB) se mostrou majoritário dentre os 23 gabinetes listados. Isso mostra que os diferentes critérios impactam na análise de formação partidária dos gabinetes.

Para prosseguir na análise da formação dos gabinetes, as próximas páginas trazem as tabelas com a Taxa de Coalescência e o Índice G de cada um deles, aplicados sobre os dois critérios adotados.

TABELA 4.3
Medidas de proporcionalidade e concentração dos gabinetes do Espírito Santo (1995-2014)
Critério filiação partidária

Governo / Gabinetes	Duração	Taxa de Coalescência	Índice G
Buaiz 1	01/95 - 02/96	0,68	0,15
Buaiz 2	03/96 - 02/97	0,65	0,19
Buaiz 3	03/97 - 03/98	0,72	0,09
Buaiz 4	04/98 - 12/98	0,56	0,15
Média Buaiz		0,65	0,15
Ignácio 1	01/99 - 12/00	0,34	0,72
Ignácio 2	01/01 - 04/01	0,34	0,57
Ignácio 3	05/01 - 09/01	0,36	0,51
Ignácio 4	10/01 - 03/02	0,39	0,46
Ignácio 5	04/02 - 12/02	0,28	0,75
Média Ignácio		0,34	0,60
Hartung I – 1	01/03 - 08/03	0,57	0,19
Hartung I – 2	09/03 - 04/04	0,57	0,26
Hartung I – 3	05/04 - 12/04	0,47	0,37
Hartung I – 4	01/05 - 03/06	0,59	0,22
Hartung I – 5	04/06 - 12/06	0,53	0,25
Média Hartung I		0,55	0,26
Hartung II – 1	01/07 - 03/08	0,44	0,25
Hartung II – 2	04/08 - 01/09	0,44	0,30
Hartung II – 3	02/09 - 02/10	0,48	0,26
Hartung II – 4	03/10 - 12/10	0,37	0,52
Média Hartung II		0,43	0,33
Casagrande 1	01/11 - 04/12	0,41	0,30
Casagrande 2	05/12 - 03/13	0,39	0,36
Casagrande 3	04/13 - 09/13	0,40	0,36
Casagrande 4	10/13 - 03/14	0,42	0,34
Casagrande 5	04/14 - 12/14	0,37	0,44
Média Casagrande		0,40	0,36

Elaboração própria com base nos dados desta pesquisa

Vale lembrar que a taxa de coalescência varia entre 0 (zero) e 1 (um) e indica a proporcionalidade entre o percentual de secretarias ocupadas por cada partido da coalizão e o percentual de assentos legislativos que cada partido ocupa no total de assentos da coalizão. Este valor será mais próximo de 1 (um) quanto mais proporcional for o gabinete.

Já a lógica de variação do Índice G é inversa: o valor 0 (zero) seria o contra factual implícito que indicaria total desconcentração na distribuição de secretarias em relação ao percentual de assentos de cada partido, ou seja, uma proporcionalidade perfeita. Quanto maior for o valor do

Índice G, mais concentrada terá sido a distribuição de cargos, revelando-a mais desproporcional.

TABELA 4.4

Medidas de proporcionalidade e concentração dos gabinetes do Espírito Santo (1995-2014)

Critério filiação partidária e candidatura prévia

Governo / Gabinetes	Duração	Taxa de Coalescência	Índice G
Buaiz 1	01/95 - 02/96	0,63	0,20
Buaiz 2	03/96 - 02/97	0,36	0,57
Buaiz 3	03/97 - 03/98	0,43	0,44
Buaiz 4	04/98 - 12/98	0,22	0,85
Média Buaiz		0,41	0,52
Ignácio 1	01/99 - 12/00	0,17	1,05
Ignácio 2	01/01 - 04/01	0,22	0,81
Ignácio 3	05/01 - 09/01	0,28	0,75
Ignácio 4	10/01 - 03/02	0,39	0,57
Ignácio 5	04/02 - 12/02	0,14	1,09
Média Ignácio		0,24	0,80
Hartung I – 1	01/03 - 08/03	0,36	0,58
Hartung I – 2	09/03 - 04/04	0,24	0,78
Hartung I – 3	05/04 - 12/04	0,18	0,91
Hartung I – 4	01/05 - 03/06	0,30	0,73
Hartung I – 5	04/06 - 12/06	0,15	1,16
Média Hartung I		0,25	0,75
Hartung II – 1	01/07 - 03/08	0,33	0,53
Hartung II – 2	04/08 - 01/09	0,29	0,60
Hartung II – 3	02/09 - 02/10	0,31	0,61
Hartung II – 4	03/10 - 12/10	0,09	1,24
Média Hartung II		0,26	0,75
Casagrande 1	01/11 - 04/12	0,31	0,67
Casagrande 2	05/12 - 03/13	0,22	0,85
Casagrande 3	04/13 - 09/13	0,22	0,85
Casagrande 4	10/13 - 03/14	0,18	1,08
Casagrande 5	04/14 - 12/14	0,05	1,83
Média Casagrande		0,20	1,06

Elaboração própria com base nos dados desta pesquisa

4.2. Análise qualitativa da formação de gabinetes

Com todos os dados apresentados podemos agora passar às suas análises mais objetivas, tendo como auxílio alguns trabalhos anteriores que versaram sobre governos estaduais capixabas¹¹.

¹¹ Uma observação importante diz respeito aos chamados “gabinetes de desincompatibilização”, que aconteceram nos meses de março ou abril do último ano de todos os mandatos analisados. Isto acontece

A respeito do governo Buaiz, destacam-se o trabalho de Pereira (2004) e Scherer (2005). Os autores relembram que Vitor Buaiz (PT) era uma figura de imagem moderada e que saiu com uma avaliação positiva da Prefeitura de Vitória, que comandou entre 1989 e 1992. Eleito governador em segundo turno, contou com apoio de diversos partidos do espectro político, inclusive o PSDB, na figura do seu sucessor na prefeitura da capital, Paulo Hartung, e do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso. Vale ressaltar que naquela época a rivalidade e polarização entre os dois partidos não era tão intensa como a dos dias atuais.

Scherer (2005) destaca ainda que, desde a Prefeitura de Vitória, o perfil mais moderado de Buaiz gerava insatisfações dentro do próprio PT, sobretudo das tendências internas mais à esquerda no partido. Na composição do seu primeiro gabinete, o governador priorizou fortemente o PT, nomeando sete secretários filiados ao partido, de um total de 13. No entanto, cinco destes eram ligados a sua corrente partidária. O PSB, que contava com o vice-governador Renato Casagrande, também recebeu três secretarias, enquanto um economista do PSDB ocupou a pasta da Fazenda no primeiro momento. Outros dois secretários não tinham filiação e entraram por uma cota pessoal do governador.

Na metade do segundo ano de governo, o governador passou a se afastar mais das tendências mais à esquerda do partido. A coligação do Buaiz elegeu apenas seis deputados estaduais e ele saiu em busca de acordos na Assembleia para garantir sua governabilidade. Scherer registra que houve apoio a um candidato do PFL eleito presidente da Comissão de Finanças da Assembleia, e que nas eleições municipais de 1996 teriam ocorrido apoios velados do grupo do governador a candidatos de partidos como PFL e PPB, considerados de direita, em cidades do interior do estado. Mesmo em Vitória, Vitor optou por não apoiar o candidato do PT, alegando neutralidade enquanto governador. No entanto, na reta final da eleição declarou apoio ao candidato Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB) que sairia vencedor. No começo de 1997, o governador se envolveu na eleição da Mesa Diretora da Assembleia e decidiu apoiar

porque secretários que pretendem concorrer à eleição em outubro do mesmo ano precisam deixar as secretarias que comandam até seis meses antes da eleição, de acordo com a lei eleitoral. Por isso, há uma minirreforma do secretariado, e em todos os casos observamos uma redução do número de secretários partidários nestes gabinetes de desincompatibilização. Pelo fato de isso acontecer em todos os governos, há uma relativa estabilidade do impacto deste gabinete nas médias dos mandatos. Apesar do destaque aqui dado com fins elucidativos, não há necessidade de relativização destes gabinetes nos cálculos aqui propostos.

José Carlos Gratz (PFL) que se tornaria o presidente. O motivo foi a necessidade de uma base estável na ALES, e o governador contava com Gratz para isso, o que de fato aconteceu. As rugas entre o governador e grande parte do PT aumentaram gradativamente e já eram muito intensas nesta época.

No segundo gabinete de Buaiz o PMDB já aparecia contemplado com duas secretarias, enquanto o PT caíra de sete para quatro secretários. No terceiro gabinete, em 1997, Vitor já vinha bastante desgastado no partido e PSDB, PMDB e PV já comandavam cinco secretarias, quase em igualdade com a soma de PT e PSB, núcleo duro do governo desde a eleição, que comandavam sete.

A situação do governador ficou insustentável quando seu grupo político perdeu o controle do Diretório Regional do PT em julho de 1997. Menos de um mês depois Vitor pediu a desfiliação, e no mês seguinte entrou para o PV. O último gabinete do seu governo, montado quando já estava no novo partido, revela a entrada de outras legendas comandando secretarias.

Analisando os índices de proporcionalidade dos gabinetes de Buaiz, ele é o que apresenta, na média, a maior taxa de coalescência e o menor Índice G, ou seja, compôs os gabinetes mais proporcionais e mais desconcentrados, sob a ótica de ambos os critérios partidários adotados neste trabalho. Isso tem a ver com menor incidência de secretários não filiados do que nos outros quatro governos analisados, visto que cada secretaria comandada por um “técnico” traz certo desequilíbrio na proporcionalidade do gabinete, visto que tais secretários não carregam consigo a contrapartida do apoio nominal no Legislativo.

Sobre o apoio nominal na ALES, analisado pelo primeiro critério (apenas filiação partidária) Buaiz mostra ter feito um movimento de expansão, trazendo outros partidos e reduzindo o espaço do PT no primeiro escalão do governo. No entanto, o índice de apoio nominal do gabinete “Buaiz 4”, de 73,33% parece enganoso, visto que naquele momento o governador encontrava-se rompido e fora do PT, não podendo assim contar com o apoio no Legislativo, apesar de ainda ter aliados pessoais filiados ao partido comandando algumas secretarias.

Em consonância com os trabalhos de Pereira (2004) e Scherer (2005), a análise da composição partidária sob a ótica do segundo critério (filiação partidária e candidatura prévia) parece refletir uma imagem mais clara de desidratação das figuras políticas do PT no

secretariado (caindo de seis para um, no primeiro e último gabinetes, respectivamente), bem como da maior incidência de secretários não partidários, que subiram de 4 para 10, formando um secretariado mais técnico, que Pereira (2004, p. 126) definiria como “no estilo ‘fim de festa’”.

O curioso é que o governo Buaiz, que pelos cálculos aqui apresentados foi o que teve os gabinetes mais proporcionais dentre os cinco mandatos analisados, foi o único que ruiu justamente por problemas internos da coalizão, reflexo de divergências internas do partido do governador.

A crise e a ruptura entre Vitor Buaiz e o PT acabaram enfraquecendo ambos. O governador não tinha um clima favorável e nem mesmo sustentação partidária para concorrer à reeleição, enquanto o PT não teve tempo de se fortificar e lançar um candidato competitivo, tendo acabado por apoiar o vice Renato Casagrande (PSB) que seria derrotado por José Ignácio (PSDB) em aliança com o PFL, que já dominava o Legislativo estadual.

A coligação eleitoral de Ignácio já era mais robusta e elegeu 11 deputados estaduais, sendo quatro do próprio PSDB e seis do PFL. José Carlos Gratz seria reeleito presidente da ALES já no começo do mandato, comandando a casa em alinhamento com o governador. O PFL foi o grande aliado de Ignácio na primeira metade do mandato, ocupando a Casa Civil com um deputado estadual e a Fazenda com um deputado federal durante o primeiro gabinete. Dentre os 10 secretários sem filiação partidária estavam a esposa e o cunhado do governador.

Possivelmente pela maior segurança na relação com a Assembleia, Ignácio se permitiu compor um secretariado dominado por elementos técnicos e sem filiação partidária em nível maior que de seus antecessores, como destaca Pereira (2004). Na média, considerado o critério de filiação partidária, ele teve mais da metade dos seus secretários enquadrados como “não políticos”, índice mais alto do que dos outros quatro governos aqui analisados. Desta forma, ele aparece com os gabinetes de menor Taxa de Coalescência e maior Índice G, desequilíbrio ocasionado pela grande presença de não filiados, de maneira oposta ao caso de Vitor Buaiz.

Na média Ignácio também foi o governador em análise que menos prestigiou filiados do seu próprio partido, mas este dado certamente está afetado pelo fato de na reta final do seu

mandato ter migrado para o pequeno PTN, que não forneceu nenhum nome para compor o secretariado.

No ano 2000, conforme registra notícia do jornal Folha de São Paulo,¹² Gratz foi indiciado como um dos líderes do crime organizado no Espírito Santo no relatório final da CPI do Narcotráfico, junto com mais de 800 pessoas. No entanto ele seguiu firme no comando do Legislativo, ainda se reelegendo presidente no começo de 2001.

É também no começo do terceiro ano de mandato que se configura o segundo gabinete de Ignácio. PMDB, PSB e PPB são trazidos para comandar secretarias e ampliam a base de apoio nominal do governador, tirando espaços do próprio PSDB e PFL. O ano de 2001 foi de muito desgaste para o governo estadual¹³, e essa amplificação do leque de alianças no gabinete parece ser reflexo disso. O governo foi acusado de cobrar propina de empresas para se instalarem no estado e a primeira-dama foi acusada de desviar recursos a partir de uma Associação ligada à Secretaria de Assistência Social, a qual comandava. Ela precisou ser exonerada do cargo. As acusações que caíam sobre Ignácio, tanto no campo político quanto no pessoal, enfraqueciam o governador que, desamparado, se viu dependente da figura mais poderosa do estado no momento, o presidente da Assembleia Legislativa. Em julho de 2001 a oposição entrou com pedido de impeachment do governador, que foi prontamente arquivado por Gratz. No ano seguinte essa situação iria se repetir, novamente com o deputado ajudando a salvar o governador da perda do cargo.

Em meio ao episódio do pedido de impeachment, o Secretário de Governo e irmão da primeira-dama foi preso, assim como o tesoureiro de campanha de Ignácio. Pressionado pelo próprio partido, o governador pediu desfiliação do PSDB¹⁴. Neste momento Ignácio também já estava mais distante do PFL, que não mais compunha o terceiro gabinete de seu governo, e

¹² “Entenda a crise no Espírito Santo, chamado de ‘Estado sem lei’”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u71738.shtml>> Acesso em 31 de jan. 2015.

¹³ Para mais detalhes conferir a reportagem do jornal A Gazeta: “Dez anos depois da crise”. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/07/noticias/a_gazeta/politica/900527-dez-anos-depois-da-crise.html> Acesso em 31 de jan. 2015.

¹⁴ Vide notícia do jornal Valor Econômico: “José Ignácio se desfilia e PSDB deve apoiar Hartung”. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/arquivo/1000020635/jose-ignacio-se-desfilia-e-psdb-deve-apoiar-hartung>> Acesso em 31 de jan. 2015.

se aproximava mais do PMDB, que se tornava o partido com maior número de secretários. Apesar do afastamento do PFL, Gratz se posicionou sempre em defesa de Ignácio, já que o governador cada vez mais combatido, na verdade lhe reforçava os poderes enquanto presidente do Legislativo.

PMDB e PPB apareceram fortes no quarto gabinete de Ignácio, com quatro secretários cada. O fortalecimento do PMDB no mandato de Ignácio tinha razão de ser. Ele tentou se filiar ao partido em outubro de 2001, mas teve o pedido rejeitado pelo comando nacional da legenda¹⁵, a contragosto de grande parte dos correligionários estaduais.

O governador filiou-se então ao pequeno PTN, e rumou para a composição de seu último gabinete com imensa preponderância de técnicos não filiados a partidos políticos (13 dos 18 secretários).

Na análise dos dados do governo Ignácio pode-se perceber que ele foi quem mais prestigiou os quadros políticos dos partidos nos gabinetes. Isso é visível pois, comparando as tabelas com os dois critérios aqui utilizados, o mandato de Ignácio é o que apresenta números mais próximos entre uma e outra, tanto da Taxa de Coalescência quanto do Índice G. Isso significa que a maior parte dos secretários com filiação partidária já haviam também sido candidatos previamente, atendendo assim a ambos os critérios adotados. Do ponto de vista da análise qualitativa isso também faz sentido, visto que no primeiro momento de seu mandato o governador prestigiou quadros que tinham ligação com sua base de apoio na ALES, notadamente o PFL, e num segundo momento de apuro, ao precisar abrir seu leque de alianças, precisou compor com as forças políticas mais representativas de PMDB e PPB, buscando maior respaldo político.

Pereira (2004, p. 128) destaca um ponto em comum nos governos Buaiz e Ignácio: “Os dois só se aproximaram da Assembleia pela via do secretariado quando estiveram, por diferentes razões, fragilizados politicamente”.

Em meio a todo o caos político-institucional que assolava o Espírito Santo e com a opinião pública em consenso por um sentimento a favor de mudanças profundas, o então senador

¹⁵ Vide notícia do jornal Folha de São Paulo: “PMDB rejeita filiação de ex-tucano”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0410200111.htm>> Acesso em 31 de jan. 2015.

Paulo Hartung (PSB) foi eleito governador em primeiro turno no ano de 2002, numa conjunção de forças com entidades da sociedade civil e emergindo como grande líder político de uma nova geração que colhia bons frutos desde a década de 90 a frente da Prefeitura de Vitória, representando uma nova forma de se fazer política, sem bases nas antigas elites locais (Zorzal, 2010).

Hartung chega ao poder em uma coligação sem os grandes partidos e que elege apenas três deputados estaduais. No entanto, confirmando sua intenção de unir a classe política para superar os desafios postos, ele atraiu, já na formação do seu primeiro gabinete, elementos filiados a PSDB, PPS, PDT e PT para comandar secretarias, além do seu partido, o PSB, que emplacou quatro nomes no primeiro escalão.

O segundo gabinete, formado já no 9º mês de governo, perdia o secretário do PDT mas incorporava o PMDB, partido que não mais se afastaria do governador. Já neste momento, o PSB começa a se enfraquecer no governo de Hartung.

Hartung começou o ano de 2004 enfrentando problemas na relação com seu partido, e já em maio, quando se configura o terceiro gabinete do mandato, o PSB não tem mais cargos no primeiro escalão. Com o período eleitoral em aberto para as eleições municipais, Hartung decide se desligar do partido como uma estratégia de se manter neutro nas disputas locais e não se indispor com eventuais candidatos derrotados¹⁶.

Essa decisão aparentemente arrojada do governador certamente foi sustentada pelo bom início de seu mandato, reorganizando as finanças públicas e ganhando credibilidade perante a sociedade e a classe política.

No começo de 2005, ainda sem partido e já com os novos prefeitos empossados, Hartung implantou seu quarto gabinete, em que PMDB e PSDB apareceram fortalecidos e o PFL foi integrado, assim como seu antigo partido, o PSB, que voltou a ter um secretário de estado. Em setembro de 2005, mais de um ano depois de sua desfiliação, Hartung entrou para o PMDB.

¹⁶ Vide notícia do jornal Folha de São Paulo: “Governador do ES deixa partido durante campanha”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u63743.shtml>> Acesso em 31 de jan. 2015.

No quinto e último gabinete do mandato, implantado no período de desincompatibilização em abril de 2006, o PDT também foi incorporado.

Analisado pela ótica do primeiro critério de filiação partidária, o governo Hartung I mostra seu ponto de partida quase sem apoio na ALES (apenas 10% dos deputados eleitos), mas passa por um fortalecimento através das composições feitas já no primeiro gabinete. Posteriormente o governador faz um movimento de afastamento e ruptura com o seu partido para depois, já filiado ao PMDB, compor um governo mais robusto, com alianças mais fortes e que seria a pavimentação do seu segundo mandato. De acordo com o primeiro critério analisado, o governo Hartung I foi razoavelmente proporcional na composição dos gabinetes, compondo um meio termo entre os governos Buainy e Ignácio.

Se analisado pela ótica do segundo critério, que considera filiação partidária e candidatura prévia, Hartung I apresenta considerável redução na presença de elementos políticos em seus gabinetes. Isto indica que, apesar de utilizar muitos secretários filiados a partidos políticos – como mostra o primeiro critério - a maioria deles eram técnicos ou com ligação pessoal ao governador, sem terem disputado eleições anteriormente.

Em Hartung II a trinca de grandes partidos composta já no momento eleitoral por PMDB, PSDB e PFL/DEM¹⁷ (em coligação que ainda contava com o PTB), formou junto com o PT o núcleo duro do governo. Estes quatro grandes partidos estiveram presentes nos quatro gabinetes do segundo mandato de Paulo Hartung, que destacou sua habilidade de composição política em um momento em que a polarização partidária entre tucanos e petistas em nível nacional já se mostrava mais acentuada.

Hartung II revela ainda uma base estável do PMDB comandando secretarias (em média 18,85% dos secretários), sendo a maior parte dela formado por filiados de caráter técnico, que não haviam disputado eleições anteriores.

A estabilidade do segundo mandato de Paulo Hartung também se reflete na composição dos gabinetes. O primeiro se formou no momento da posse, naturalmente, e só foi reformado no momento de desincompatibilização para as eleições municipais em abril de 2008. O terceiro

¹⁷ O antigo Partido da Frente Liberal (PFL) tornou-se Democratas (DEM) em março de 2007.

gabinete se deu no começo de 2009, ou seja, uma reforma de meio do mandato, e que teve a ver com a entrada de PSB e PPS no primeiro escalão de governo através da acomodação de três aliados recém-derrotados na disputa municipal. O quarto gabinete, em março de 2010, também teve a ver com o momento de desincompatibilização em vistas do pleito estadual do mesmo ano. Vale ressaltar que o próprio Hartung, que estava na reta final do segundo mandato, abriu mão de uma virtual eleição ao senado e optou por concluir seu oitavo ano à frente do executivo estadual.

Na inevitável comparação entre os governos Hartung I e Hartung II, os dados mostram que pelo primeiro critério de filiação partidária o segundo mandato mostrou distribuição um pouco menos proporcional de secretarias entre os aliados. Isso tem a ver com uma maior concentração de pastas nas mãos de filiados ao PMDB e PSDB (em torno de 40%, somados os dois partidos, nos três primeiros gabinetes de Hartung II). No entanto, pelo critério mais restrito de partidarização dos gabinetes, que leva em conta a filiação partidária e a ocorrência de candidatura prévia, os perfis dos dois mandatos de Paulo Hartung foram extremamente parecidos, o que indica certa manutenção do nível de secretários não partidários. A média da taxa de coalescência foi praticamente a mesma – 0,25 em Hartung I e 0,26 em Hartung II – e a média do Índice G se manteve em 0,75 nos dois governos.

Chegamos então ao governo Casagrande, o último do período analisado. Vale lembrar que o governador se elegeu em uma ampla coligação eleitoral de 16 partidos, e junto com uma Assembleia Legislativa mais homogeneizada, com menos partidos efetivos e representados do que o seu antecessor, e tendo sua coligação eleito 23 dos 30 deputados estaduais (76,67%).

Dos sete deputados que não se elegeram na coligação do governador, cinco eram do DEM. Por isso, o segundo gabinete de Casagrande se mostra marcante, ao atrair declaradamente o DEM para compor o governo, trazendo também seus deputados oficialmente para a base aliada no Legislativo.

Como também já mencionamos, Casagrande foi o único governador que foi capaz de montar todos os seus gabinetes majoritários, com mais de 50% de apoio nominal, de acordo com o primeiro critério que considera apenas a filiação partidária. Ainda sob esse critério, o governador mostrou maior privilégio ao seu partido do que os antecessores Ignácio e Hartung, mas menos que Buain. Também foi o segundo que mais nomeou secretários não filiados,

perdendo apenas para Ignácio nesse quesito. Em relação à proporcionalidade do gabinete, Casagrande apresentou a média da Taxa de Coalescência e do Índice G bem próximas ao seu antecessor Hartung II, mas ligeiramente mais concentrado, como reflexo do maior privilegio aos seus correligionários.

Quanto analisado através do segundo critério, filiação partidária e candidatura prévia, o governo Casagrande mostra o maior percentual médio de secretários não partidários, tendo chegado a 91,3% no gabinete de desincompatibilização do último ano de mandato.

Com a predominância de filiados não partidários e ainda a preferência - dentre os partidários - por secretários correligionários, Casagrande apresentou os gabinetes menos coalescentes e mais concentrados, na média, quando analisados pelo segundo critério. Certamente essa opção do governador tem a ver com a relação confortável que a Assembleia Legislativa lhe proporcionava desde o momento eleitoral, sendo menos necessário barganhar cargos para a composição de apoio no parlamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da formação de gabinetes no Espírito Santo a partir do banco de dados de secretários estaduais mostrou algumas diferenciações claras em relação aos governos do período entre 1995-2014.

Podemos destacar o governo do PT como o que teve os gabinetes mais proporcionais, com maior Taxa de Coalescência e maior desconcentração na distribuição de secretarias. Foi também o governo de Vitor Buaiz (PT) quem mais utilizou secretários considerados políticos, destoando dos demais que compuseram seus gabinetes com maior utilização de secretários caracterizados como técnicos.

Encarando a eleição de 2002 como um marco de ruptura, pudemos confirmar isso com dados que mostraram uma renovação e fragmentação acentuada no Legislativo, com aumento considerável do número efetivo de partidos, bem como do número de partidos representados, além da vitória de um governador que se posicionou afastado dos grandes partidos no momento eleitoral e buscou a aglutinação das forças políticas quando já tinha o respaldo das urnas. Hartung estrategicamente se posicionou ao centro para poder compor, usando sua capacidade de negociação, com os mais diversos partidos espalhados por todo o espectro político, ao contrário de seus antecessores e mesmo enfrentando um momento de maior polarização entre as legendas nacionais. A partir de 2003 também se vê uma formação de gabinetes mais equilibrada entre secretários de característica técnicas e políticas, evoluindo em relação aos governos entre 1995 e 2002, que pesaram para um lado e para o outro.

Em relação aos critérios propostos e utilizados para a medição da partidarização do gabinete, foram achados resultados significativamente diferentes entre o primeiro critério - mais usual em estudos do tipo - que considera apenas a filiação partidária como proxy para se determinar um secretário como elemento político, e o segundo critério aqui proposto que somava como requisitos a filiação partidária e a ocorrência de candidatura eleitoral prévia do secretário em questão.

Por se tratar de um critério mais restritivo, a opção de filiação e candidatura prévia reduziu consideravelmente a incidência de secretários políticos nos gabinetes (de 126 para 75). No entanto este critério nos reforça a capacidade de visualizar e diferenciar melhor a

contraposição entre secretariados técnicos e políticos, justamente por só considerar políticos aqueles filiados que já estiveram formalmente concorrendo na arena eleitoral.

O critério usual de consideração apenas da filiação partidária para apontar secretários políticos corre um elevado risco de enquadrar nessa classificação alguns secretários que tenham sido selecionados por critérios não partidários, como os especificados por Amorim Neto (1994), quais sejam: escolha pessoal do governador, técnicos especializados (geralmente burocratas), ou representantes de grupos de interesse.

Por outro lado, o critério mais restrito que considera a candidatura prévia pode deixar de considerar alguns filiados que não haviam concorrido a cargos eletivos mas que fossem representantes políticos legítimos e respaldados pelo partido, tais como membros históricos e presidentes de diretórios.

Dadas as especificidades políticas locais e as subjetividades por vezes presentes na formação de gabinetes, a realização de estudos de casos em estados e municípios se mostra importante para decifrar as peculiaridades de cada um e para testar os mecanismos de aferição das estratégias partidárias de montagem dos secretariados, também se destacando aqui a necessidade de estudos comparativos.

Voltando ao caso específico dos gabinetes capixabas é motivo de destaque, mas não de surpresa, que apenas o governo Casagrande, eleito em confortável coligação eleitoral e num momento de homogeneização da Assembleia Legislativa, tenha sempre conseguido formar gabinetes majoritários, com apoio nominal acima de 50% no Legislativo.

Esse dado não é exatamente surpreendente porque vai ao encontro de outros estudos aqui explicitados que investigaram os primeiros governos da década de 1990 no Espírito Santo. Eles detectaram a prevalência de um “governismo” pautado em acordos pontuais com a Assembleia, apoiados principalmente em elites e lideranças locais representadas direta ou indiretamente no Legislativo, e que tem a ver com o histórico da evolução política e institucional do estado do Espírito Santo.

Essa possível estratégia de cooptação e estabelecimento de acordos “no varejo” com os deputados estaduais minimizaria a necessidade de se barganhar intensamente os cargos de

primeiro escalão no Governo do Estado, fato este que acontece em maior escala no nível federal. Isso também estaria impactado pela menor institucionalização dos partidos em escala local, em comparação com o nacional, e pela dificuldade organizacional da própria Assembleia Legislativa, como explicitado neste trabalho. Além disso, Lima (2011, p. 159) acusa a banalização do uso do expediente de “regime de urgência” por parte do Poder Executivo capixaba para acelerar a tramitação de suas proposições, o que enfraquece e esvazia o trabalho das Comissões e dos deputados. Esse movimento de menor tempo de tramitação dos projetos do Executivo na ALES também foi demonstrado empiricamente por Domingues (2001).

A possibilidade dos acordos se darem de forma mais individual do que partidária pode ser verificada com mais precisão se a composição dos gabinetes for analisada em conjunto com a produção legislativa e as votações nominais em plenário, coisa que não foi possível realizar nesse trabalho por falta de tempo e de acesso aos dados, mas que aparece como sugestão futura de pesquisa, sobretudo em relação aos governos estaduais a partir de 2002, que marcam um ponto de inflexão e cujos estudos do tipo ainda não foram realizados.

O banco de dados de secretários estaduais e esta própria dissertação aparecem como base de apoio para futuros trabalhos relacionados à formação de gabinetes em perspectiva comparada, bem como outros que versem sobre a política do Espírito Santo de maneira geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sergio H. H. “Presidencialismo de Coalizão: o Dilema Institucional Brasileiro”. *Dados*. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1988.
- ABRUCIO, Fernando L. “Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira”. Ed. Hucitec / Departamento de Ciência Política da USP. São Paulo, 1998.
- AMES, Barry. “The Deadlock of Democracy in Brazil”. *University of Michigan Press*. 2001.
- AMORIM NETO, Octavio. “Formação de gabinetes presidenciais no Brasil: coalizão versus cooptação”. *Nova Economia*, vol. 4, n.1, pp. 9-34. Belo Horizonte, 1994.
- _____. “Gabinetes Presidenciais, Ciclos Eleitorais e Disciplina Legislativa no Brasil”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 43, n.3, pp. 479-519. Rio de Janeiro, 2000.
- _____. “The Presidential Calculus: Executive Policy Making and Cabinet Formation in the Americas”. *Comparative Political Studies*, vol. 39, n.4, pp. 415-440. 2006.
- _____. “A Política Comparada no Brasil: a Política dos Outros”. In: Martins, Carlos Benedito & Renato Lessa (eds.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Ciência Política*. Ed. Barcarolla, 2010.
- AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; SILVA, Glauco P. “A Concentração Eleitoral nas Eleições Paulistas: Medidas e Aplicações”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 54, n.2, pp. 319-347, Rio de Janeiro, 2011.
- BOLOGNESI, Bruno. “A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas”. *Revista de Sociologia e Política*. v. 21, n. 46, pp. 45-68. Curitiba, 2013.
- BORGES, André; SANCHES FILHO, Alvino; ROCHA, Carlos. “A conexão estadual: geografia do voto e coalizões eleitorais no federalismo brasileiro”. *IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR*. Belo Horizonte, 2011.
- CEPESP. “As Instituições Políticas Subnacionais: Um Estudo Comparativo dos Estados Brasileiros”. *Projeto de Pesquisa*, FGV-SP. São Paulo, 2013.
- COUTO, Cláudio G. & ARANTES, Rogério B. “Constituição, governo e democracia no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 61, pp. 41-62. São Paulo, 2006.

DOMINGUES, Mauro P. “Espírito Santo: produção legal e relações entre os poderes Executivo e Legislativo entre 1995 e 1998”. In: SANTOS, Fabiano (org.) “*O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência*”. Ed. FGV. Rio de Janeiro, 2001.

FIGUEIREDO, Argelina C. & LIMONGI, Fernando. “Bases institucionais do presidencialismo de coalizão”. In: *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Editora FGV. Rio de Janeiro, 1999.

_____. “Poder de agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo pluripartidário”. In: Gláucio Ary Dillon Soares; Lucio R. Rennó. (Org.). *Reforma Política - Lições da História Recente*. pp. 249-280, Editora FGV. Rio de Janeiro, 2006.

_____. “Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira”. In: MELO, Carlos R. (org.), *A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século XXI*. Editora da UFMG. Belo Horizonte, 2007.

GARCIA, Joice G. “Executivo e Legislativo no Âmbito Municipal: A Formação de gabinetes no Município de São Paulo (1989-2012)”. 51 págs. *Dissertação (Mestrado)*, EAESP/FGV-SP. São Paulo, 2013.

LAAKSO, Markku & TAAGEPERA, Rein. “Effective Number of Parties: A Measure with Application to West Europe”. *Comparative Political Studies*, vol. 12, nº1. 1979

LIMA, Marcelo S. “O presidencialismo de coalizão: o caso do estado do Espírito Santo entre os anos de 1991 e 1994”. 214 págs. *Dissertação (Mestrado)*, PPGHis/UFES. Vitória, 2011.

LIMONGI, Fernando. “A Democracia no Brasil: Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório”. *Novos Estudos*, CEBRAP. n. 76, pp. 17-41. São Paulo, 2006.

LINZ, Juan. “Presidencialismo ou parlamentarismo: faz alguma diferença?”. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). *A Opção Parlamentarista*. São Paulo. Idesp: Sumaré, 1991.

MAINWARING, Scott. “Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada”. *Novos Estudos*, CEBRAP. n. 29. São Paulo, 1991.

_____. “Democracia Presidencialista multipartidária: o caso do Brasil”. *Lua Nova*, n. 28-29. São Paulo, 1993.

MASSONETTO, Ana P. “Presidencialismo estadual em São Paulo: o que une os partidos na coalizão?”. 2014. 344 págs. *Tese (Doutorado)*. EAESP/FGV-SP. São Paulo, 2014.

MELO, Carlos R. “Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº4, pp. 13-41. Brasília, 2010.

_____. “Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, nº 75, pp. 57-71. São Paulo, 2011.

PALERMO, Vicente. “Como se governa o Brasil? O debate sobre Instituições Políticas e Gestão de Governo”. *Dados*, vol. 43, nº3, pp. 521-557. Rio de Janeiro, 2000.

PEREIRA, André R. “Governos de coalizão no Espírito Santo – 1986/98”. *3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política*. Niterói, 2002.

PEREIRA, André R. “Por baixo dos panos: Governadores e Assembleias no Brasil contemporâneo”. 2004. 267 págs. *Tese (Doutorado)*. IUPERJ. Rio de Janeiro, 2004.

PEREIRA, Carlos, POWER, Timothy J. e RAILE, Eric D. “The Executive Toolbox: Building Legislative Support in a Multiparty Presidential Regime”. *Textos para discussão da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas*, n. 235. São Paulo, 2009.

RODDEN, Jonathan. “Federalismo e descentralização em perspectiva comparada: sobre significados e medidas”. *Revista de Sociologia Política*, n. 24, pp. 9-27. Curitiba, 2005.

SANTOS, Fabiano (Org.). “O Poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência”. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2001.

SCHERER, Canício. “Entre a utopia e a realidade: tensões e conflitos entre o PT e Vítor Buaiz (1995-1998)”. 2005. 105 págs. *Dissertação (Mestrado)*. PPGHIS/UFES. Vitória, 2005.

SOUZA, Celina & DANTAS NETO, Paulo F. (org.). “Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros”. Revan. Rio de Janeiro, 2006.

ZORZAL, Marta. “Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo”. In: INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social*, pp. 29-66. Vitória, 2010.

ANEXOS

TABELA A.1
Deputados estaduais eleitos em 1982 – Espírito Santo

Nome	Partido	Votos
ALCINO SANTOS	PDS	9526
ALICIO FRANCO	PDS	15182
ANTONIO MOREIRA	PDS	10292
ANTONIO PELAES DA SILVA	PMDB	18720
ARMANDO BATISTA VIOLA	PMDB	13076
DAILSON LARANJA	PMDB	17756
DILTON LYRIO NETTO	PMDB	16454
DOUGLAS PUPPIN	PMDB	22821
EMIR DE MACEDO GOMES	PDS	12633
HERALDO BARBOSA MUSSO	PDS	11629
HERMES LEONEO LARANJA GONÇALVES	PMDB	19041
HUGO BORGES	PMDB	13761
JOÃO GAMA MINO	PMDB	15686
JOÃO MIGUEL FEU ROSA	PDS	12316
JORGE DAHER FILHO	PDS	12468
JORGE DEVENS DE OLIVEIRA	PDS	20150
JOSÉ THEODOMIRO CASA GRANDE	PMDB	24856
JURACY MAGALHÃES GOMES	PMDB	15543
LUCIO MERÇON	PDS	11350
LUIZ GONZAGA BORGES	PDS	11341
MOACYR MARTINS BROTAS JUNIOR	PMDB	15426
OZEAS XIMENES MONTE	PMDB	15002
PAULO CESAR HARTUNG GOMES	PMDB	19486
PEDRO LEAL	PDS	11844
ROSILDA DE FREITAS	PMDB	22664
SALVADOR BONOMO	PMDB	12970
VALCI JOSE FERREIRA DE SOUZA	PMDB	12760

Fonte: TSE | Elaboração própria

Nota: os partidos grifados faziam parte da coligação do governador eleito

TABELA A.2
Deputados estaduais eleitos em 1986 – Espírito Santo

Nome	Partido	Votos
ALCINO SANTOS	PDS	5.688
ANTONIO ANGELO MOSCHEN	PT	6.501
ANTONIO PELAES DA SILVA	PMDB	8.659
ARILDO JOSE CASSARIO	PMDB	13.029
ARMANDO BATISTA VIOLA	PMDB	10.768
CLÁUDIO HUMBERTO VEREZA LODI	PT	11.859
DARIO MARTINELLI	PFL	7.248
DILO BINDA	PFL	11.135
DILTON LYRIO NETTO	PMDB	12.972
DOUGLAS PUPPIN	PMDB	13.426
ENIVALDO EUZEBIO DOS ANJOS	PFL	9.831
FERNANDO INÁCIO SANTORIO	PMDB	17.044
HERALDO BARBOSA MUSSO	PFL	7.796
HUGO BORGES	PMDB	10.044
JOÃO CARLOS COSER	PT	6.297
JOÃO FRANCISCO MARTINS	PCDOB	8.248
JOÃO GAMA FILHO	PMDB	8.773
JORGE ALBERTO ANDERS	PMDB	10.076
JORIO DE BARROS CARNEIRO	PMDB	15.011
JOSE TASSO OLIVEIRA DE ANDRADE	PFL	15.391
LEVI AGUIAR DE JESUS FERREIRA	PMDB	12.528
LUIZ CARLOS PIASSI	PFL	9.401
LUIZ CARLOS SANTANA	PDT	10.093
NILTON GOMES	PFL	25.381
PAULO CESAR HARTUNG GOMES	PMDB	17.343
PAULO LEMOS BARBOSA	PMDB	12.613
RONALDO DO ESPIRITO SANTO LOPES	PFL	7.014
SALVADOR BONOMO	PMDB	11.300
VALCY JOSE FERREIRA DE SOUZA	PMDB	16.127
WALDEMIRO SEIBEL	PFL	9.384

Fonte: TSE | Elaboração própria

Nota: os partidos grifados faziam parte da coligação do governador eleito

TABELA A.3
Deputados estaduais eleitos em 1990 – Espírito Santo

Nome	Partido	Votos
ALOISIO KROHLING	PT	2.624
ANTONIO TADEU TARDIN GIUBERTI	PMDB	8.079
BRICE BRAGATO	PT	5.447
CARLOS MAGNO PIMENTEL	PFL	5.674
CARLOS ROBERTO CABALINI	PDT	5.556
DEJAIR CAMATA	PSDB	5.397
DJALMA MONTEIRO DA SILVA	PRN	7.246
EDSON HENRIQUE PEREIRA	PRN	8.657
ETHERELDES TETECO Q DO VALLE JÚNIOR	PMDB	5.826
FERNANDO JOSE DA SILVA	PFL	6.501
GILSON GOMES	PTB	5.128
HÉLIO GUALBERTO VASCONCELLOS	PSDB	5.470
JAUBER DORIO PIGNATON	PMDB	4.956
JOÃO CARLOS COSER	PT	2.907
JOSE CARLOS GRATZ	PFL	6.728
JOSE FRANCISCO DE BARROS	PMDB	7.257
JOSE RENATO CASAGRANDE	PSB	5.060
LUCIANO SOUZA CORTEZ	PRN	4.876
LUIZ TEMOTEO DIAS VIEIRA	PSDB	5.557
MARCOS MIRANDA MADUREIRA	PDC	6.971
MARIA DA PENHA VERLOET FEU ROSA	PTB	5.921
NILTON GOMES	PFL	7.426
PAULO LEMOS BARBOSA	PDT	7.678
RICARDO REZENDE FERRACO	PTB	9.356
RUZERTE DE PAULA GAIGHER	PDT	8.776
ULYSSES JARBAS ANDERS	PSDB	5.516
UMBERTO MESSIAS DE SOUZA	PSDB	7.974
VALCI JOSE FERREIRA DE SOUZA	PTB	10.230
WALDEMIRO SEIBEL	PFL	6.451
WALDIR DURÃO FILHO	PFL	6.367

Fonte: TSE | Elaboração própria

Nota: os partidos grifados faziam parte da coligação do governador eleito

TABELA A.4
Deputados estaduais eleitos em 1994 –Espírito Santo

Nome	Partido	Votos
ANTARIO ALEXANDRE THEODORO FILHO	PSDB	14.340
ANTONIO SERGIO ALVES VIDIGAL	PDT	13.203
BENEDITO ENEAS MUQUI	PFL	8.368
BRICE BRAGATO	PT	8.797
CARLOS ALBERTO LYRIO	PSB	15.397
CLAUDIO HUMBERTO VEREZA LODI	PT	12.022
DOMINGOS SAVIO PINTO MARTINS	PMDB	8.240
ENIVALDO EUZEBIO DOS ANJOS	PDT	10.044
FERNANDO JOSE COIMBRA DE RESENDE	PMDB	8.122
GILSON GOMES	PTB	9.390
JAIR DE OLIVEIRA	PDT	12.031
JOSE ALVES NETO	PT	6.415
JOSE CARLOS GRATZ	PFL	10.249
JOSE GOTARDO SPADETTO	PL	7.283
JOSE LUIZ PIMENTEL BALESTRERO	PSB	8.719
JOSE MAURO JUCA GOMES E GAMA	PTB	14.080
JOSE OTAVIO BAIOCO	PT	6.591
JOSE RAMOS FURTADO	PPR	10.915
LOURIVAL BERGER	PPR	10.832
MAGNO PEREIRA MALTA	PTB	10.997
MARCELINO AYUB FRAGA	PMDB	8.998
MARCOS MIRANDA MADUREIRA	PPR	22.404
MARIA DE FATIMA ROCHA COUZI	PSDB	7.951
MAX FREITAS MAURO FILHO	PMN	12.669
MOACYR CARONE ASSAD	PDT	9.594
NASSER YOUSSEF NASR	PMDB	8.330
NILTON GOMES	PPR	12.576
PAULO SERGIO BORGES	PSDB	13.045
RICARDO DE REZENDE FERRACO	PTB	12.223
WELINGTON COIMBRA	PSDB	9.476

Fonte: TSE | Elaboração própria

Nota: os partidos grifados faziam parte da coligação do governador eleito

TABELA A.5
Deputados estaduais eleitos em 1998 – Espírito Santo

Nome	Partido	Votos
ANTONIO CAVALHERI	PSB	15,835
AVILIO MACHADO DA SILVA	PTB	11,459
BENEDITO ENEAS MUQUI	PFL	10,900
CLAUDIO HUMBERTO VEREZA LODI	PT	8,371
ENIVALDO EUZÉBIO DOS ANJOS	PDT	20,910
EVAL GALAZI	PPS	18,903
GERALDO ARAUJO MARTINS	PMN	4,558
GILBERTO FURIERI	PMDB	10,764
GILSON DOS SANTOS LOPES FILHO	PFL	13,185
GILSON GOMES	PPS	25,788
GUMERCINDO GONÇALVES VINAND	PMDB	11,343
JOSE ALVES NETO	PPS	11,594
JOSE CARLOS GRATZ	PFL	25,955
JOSE ESMERALDO DE FREITAS	PSDB	13,537
JOSÉ MAURO GOMES E GAMA	PTB	19,725
JOSE RAMOS FURTADO	PPB	13,509
JOSE TASSO OLIVEIRA DE ANDRADE	PFL	11,477
LEONOR LUBE	PTB	12,906
LUIZ CARLOS MOREIRA	PMDB	18,715
LUIZ PEREIRA DO NASCIMENTO	PSB	11,364
MARCOS DUARTE GAZZANI	PSDB	12,338
MARCOS MIRANDA MADUREIRA	PFL	15,149
MARIA DE FATIMA ROCHA COUZI	PSDB	13,288
MATEUS VASCONCELOS	PFL	10,959
MAX FREITAS MAURO FILHO	PTB	38,610
PAULO ROBERTO RIBAS LOUREIRO	PDT	12,578
ROBSON MENDES NEVES	PPS	13,378
SEBASTIAO CAMILLO DE ARAUJO FILHO	PSDB	11,760
SERGIO MANOEL NADER BORGES	PMDB	18,070
WILSON LUIZ VENTURIM	PSB	12,119

Fonte: TSE | Elaboração própria

Nota: os partidos grifados faziam parte da coligação do governador eleito

TABELA A.6
Deputados estaduais eleitos em 2002 – Espírito Santo

Nome	Partido	Votos
ALEXANDRE MARCELO COUTINHO	PTB	33,067
ANSELMO TOSE	PPS	18,232
BRICE BRAGATO	PT	18,930
CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS	PT	14,690
CÉSAR ROBERTO COLNAGHI	PPS	18,005
CLÁUDIO DE ALMEIDA THIAGO SOARES	PL	17,851
CLAUDIO HUMBERTO VEREZA LODI	PT	37,610
DÉLIO PARRINI IGLESIAS	PSC	7,358
EDSON VARGAS BARBOSA	PMN	10,104
ELSON DE OLIVEIRA BATISTA	PDT	20,093
EUCLERIO DE AZEVEDO SAMPAIO JUNIOR	PTB	15,090
GEOVANI SILVA	PTB	19,572
GILSON ANTONIO DE SALES	PPB	20,273
GILSON GOMES	PFL	25,597
HELDER IGNACIO SALOMÃO	PT	16,449
HERALDO BARBOSA MUSSO	PPB	19,083
JANETE DE SÁ VENÂNCIO	PSB	10,934
JOSÉ CARLOS GRATZ	PFL	24,662
JOSÉ ESMERALDO DE FREITAS	PFL	24,555
JOSE RAMOS FURTADO	PFL	20,338
JOSE TASSO OLIVEIRA DE ANDRADE	PTC	27,551
LUIZ CARLOS MOREIRA	PMDB	25,583
MARIA DE FÁTIMA ROCHA COUZI	PPB	21,468
MARIA JOSE VELLOZO LUCAS	PSDB	21,163
PAULO ROBERTO FOLETTI	PSB	14,493
REGINALDO DE ALMEIDA	PPB	21,653
RHUDSON CARLO DE SOUZA	PSDB	19,009
ROBSON DE SOUZA VAILLANT	PL	24,175
SÉRGIO MANOEL NADER BORGES	PMDB	16,231
SUELI RANGEL SILVA VIDIGAL	PDT	36,500

Fonte: TSE | Elaboração própria

Nota: os partidos grifados faziam parte da coligação do governador eleito

TABELA A.7
Deputados estaduais eleitos em 2006 – Espírito Santo

Nome	Partido	Votos
ALEXANDRE MARCELO COUTINHO	PTB	23.190
ATAYDES ANTONIO ARMANI	PFL	14.424
CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS	PT	22.284
CÉSAR ROBERTO COLNAGHI	PSDB	48.122
CLAUDIO HUMBERTO VEREZA LODI	PT	33.726
ELCIO ALVARES	PFL	19.450
ELION VARGAS TEIXEIRA	PRP	11.329
EUCLERIO DE AZEVEDO SAMPAIO JUNIOR	PDT	19.486
GIULIANO CONRADO MATOS DOS ANJOS	PFL	15.843
GUERINO LUIZ ZANON	PMDB	65.704
HÉRCULES SILVEIRA	PTB	21.921
JANETE SANTOS DE SÁ	PSB	21.077
JARDEL VIEIRA MACHADO NUNES	PMN	15.780
JOÃO CARLOS LORENZONI	PP	12.272
JOSÉ EUSTAQUIO DE FREITAS	PAN	12.838
JOSIAS MARIO DA VITORIA	PDT	16.959
LUCIANO HENRIQUE SORDINE PEREIRA	PSB	20.233
LUIZ CARLOS MOREIRA	PMDB	16.930
LUZIA ALVES TOLEDO	PTB	21.598
MARIA APARECIDA DE NADAI	PDT	21.065
PAULO ROBERTO FOLETTTO	PSB	33.094
RAFAEL FAVATTO GARCIA	PAN	17.956
REGINALDO DE ALMEIDA	PSC	28.633
ROBSON DE SOUZA VAILLANT	PL	17.136
RODRIGO FLAVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN	PSB	17.709
SÉRGIO MANOEL NADER BORGES	PMDB	14.727
THEODORICO DE ASSIS FERRAÇO	PTB	60.931
VANDERSON ALONSO LEITE	PL	20.593
WANILDO PASCOAL SARNAGLIA	PT do B	19.082
WOLMAR CAMPOSTRINI FILHO	PDT	23.568

Fonte: TSE | Elaboração própria

Nota: os partidos grifados faziam parte da coligação do governador eleito

TABELA A.8
Deputados estaduais eleitos em 2010 – Espírito Santo

Nome	Partido	Votos
ALEXANDRE MARCELO COUTINHO SANTOS	PMDB	20.417
ATAYDES ANTONIO ARMANI	DEM	20.044
CLAUDIO HUMBERTO VEREZA LODI	PT	22.353
DARY ALVES PAGUNG	PRP	13.282
ELCIO ALVARES	DEM	17.878
GENIVALDO JOSE LIEVORE	PT	23.801
GILDEVAN ALVES FERNANDES	PV	23.820
GILSON DOS SANTOS LOPES FILHO	PR	23.241
GLAUBER DA SILVA COELHO	PR	23.040
HENRIQUE ZANOTELLI DE VARGAS	PRP	13.502
HERCULES SILVEIRA	PMDB	28.536
JOSÉ CARLOS ELIAS	PTB	29.089
JOSE ESMERALDO DE FREITAS	PR	18.841
JOSE EUSTAQUIO DE FREITAS	PSB	24.711
JOSIAS MARIO DA VITORIA	PDT	33.374
LUCIA HELENA DORNELLAS	PT	21.873
LUCIANO HENRIQUE SORDINE PEREIRA	DEM	19.085
LUCIANO SANTOS REZENDE	PPS	21.146
LUIZ CANDIDO DURAO	PDT	25.976
LUZIA ALVES TOLEDO	PMDB	23.626
MARCELO DE SOUZA COELHO	PDT	31.083
MARIA APARECIDA DE NADAI	PDT	18.572
ROBERTO CARLOS TELES BRAGA	PT	22.143
RODNEY ROCHA MIRANDA	DEM	65.049
RODRIGO FLAVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN	PSB	27.104
SANDRO HELENO GOMES DE SOUZA	PV	17.548
SERGIO MANOEL NADER BORGES	PMDB	23.749
SOLANGE SIQUEIRA LUBE	PMDB	20.281
THEODORICO DE ASSIS FERRACO	DEM	53.096
VANDERSON ALONSO LEITE	PR	38.548

Fonte: TSE | Elaboração própria

Nota: os partidos grifados faziam parte da coligação do governador eleito

TABELA A.9
Deputados estaduais eleitos em 2014 – Espírito Santo

Nome	Partido	Votação
ALEXANDRE MARCELO COUTINHO SANTOS	PMDB	28.234
ALMIR VIEIRA	PRP	14.020
AMARO ROCHA NASCIMENTO NETO	PPS	55.408
BRUNO LAMAS SILVA	PSB	19.809
DARY ALVES PAGUNG	PRP	14.327
EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES	DEM	24.974
ENIVALDO EUZEBIO DOS ANJOS	PSD	18.625
ERICK CABRAL MUSSO	PP	14.638
EUCLERIO DE AZEVEDO SAMPAIO JUNIOR	PDT	23.033
GILDEVAN ALVES FERNANDES	PV	18.763
GILSON DOS SANTOS LOPES FILHO	PR	25.749
GUERINO LUIZ ZANON	PMDB	38.643
HÉRCULES SILVEIRA	PMDB	43.795
HONORIO JOSE DE SIQUEIRA	PT	29.991
HUDSON SOARES LEAL	PRP	22.180
JANETE SANTOS DE SÁ	PMN	21.999
JOAO CARLOS LORENZONI	PP	16.892
JOSE CARLOS NUNES DA SILVA	PT	26.740
JOSE EUSTAQUIO DE FREITAS	PSB	33.945
JOSIAS MARIO DA VITORIA	PDT	40.090
LUZIA ALVES TOLEDO	PMDB	24.375
MARCOS ANTONIO MANSOR	PSDB	13.568
MARCOS BRUNO BASTOS	PRTB	13.776
MARIA ELIANA DADALTO MELO	PTC	12.345
RAFAEL FAVATTO GARCIA	PEN	23.383
RAQUEL FERREIRA MAGESTE LESSA	SD	16.160
RODRIGO COELHO DO CARMO	PT	23.201
SANDRO HELENO GOMES DE SOUZA	PPS	17.190
SERGIO MAJESKI	PSDB	12.007
THEODORICO DE ASSIS FERRAÇO	DEM	49.366

Fonte: TSE | Elaboração Própria

Nota: os partidos grifados faziam parte da coligação do governador eleito